

O IDEAL *Político*

Jorge **Angel** Livraga



PRÓLOGO	5
Capítulo I	7
OS FUNDAMENTOS	
Capítulo II	11
O MITO DA CAVERNA	
Capítulo III	13
O MITO DA DEMOCRACIA	
Capítulo IV	17
O SIMBOLISMO DA ESFINGE	
Capítulo V	19
AS SUB-ESTRUTURAS E OS MECANISMOS DE GOVERNO NAS CHAMADAS DEMOCRACIAS	
Capítulo VI	25
O MUNDO SENSÍVEL E O MUNDO IDEAL	
Capítulo VII	29
OS PRINCÍPIOS DO NOVO ESTADO E DA NOVA CIVILIZAÇÃO	
Capítulo VIII	33
A FORMA GERAL DO NOVO ESTADO	
Capítulo IX	37
A FINALIDADE DO NOVO ESTADO E A FUNÇÃO DO GOVERNO	
Capítulo X	41
A EDUCAÇÃO	
Capítulo XI	47
JUSTIÇA INDIVIDUAL E JUSTIÇA POLÍTICA	
Capítulo XII	51
O TRABALHO	
Capítulo XIII	55
A PROPRIEDADE E O ESTADO ESCRAVISTA	
Capítulo XIV	59
A ECONOMIA	
Capítulo XV	61
A ARTE	
EPÍLOGO	63

Dálias lendas originárias do Oriente compararam a criação do mundo com o processo pelo qual um oleiro logra fabricar um vaso. Segundo o que conhecemos, a história do pensamento humano mostra que o Homem, tal como esse mítico oleiro, primeiro pensa na sua obra com uma relativa facilidade, mas perde em seguida muito tempo e energia na acumulação dos materiais, em marchas e contramarchas, em construções e destruições sucessivas que o levam à realização de seu objeto.

A ciência arqueológica moderna e a paleografia mostram-nos gravuras de seletas minorias na Suméria e na Babilônia que datam de mil anos antes da nossa era, desenvolvendo temas científicos que contemplavam desde a esfericidade da terra até museus de arte bem montados e exposições de desenhos de Saturno rodeado de seus anéis invisíveis a olho nú.

Quantos séculos foram necessários para que a humanidade no seu conjunto, ou pelo menos os setores mais avançados, alcançasse essas perfeições?

Em teoria, o conceito de zero existiu desde sempre, mas quando é que ele foi utilizado na prática? Na Europa foi apenas a partir do século XII.

Em Alexandria, no tempo do Império Romano, fabricavam-se motores a vapor baseados nas chamadas "máquinas de Héron", mas seus princípios seriam postos em prática apenas 1.800 anos mais tarde no motor a vapor.

A Humanidade, integrada lentamente neste processo natural de declínio dos arquétipos, não se apercebe disso com intensidade suficiente para se desfazer de suas inércias e abreviar as dolorosas etapas intermediárias.

AS FORÇAS OCULTAS NA EVOLUÇÃO DE GRUPOS HUMANOS

Por circunstâncias facilmente explicáveis, mas ulteriormente misteriosas, o processo de en-

doculturação da humanidade efetua-se com base em certas experiências de "laboratório" efetuadas pelos Mestres da Hierarquia, ou o "Governo Oculto do Mundo".

A Grécia Clássica, e mais ainda, todo o período Helenístico, foram um desses "laboratórios", que se tornou a base daquilo que nós hoje chamamos de "Cultura Ocidental".

Nessa ocasião, centenas de idéias artísticas, religiosas, científicas, políticas etc, que se desenvolveram, frutificaram e morreram num curto espaço de 2 séculos, reproduziram em pequena escala o drama que a nossa forma cultural está ainda desenvolvendo a longuíssimo prazo.

Os pitagóricos ensinavam conceitos de fraternidade universal que, no decorrer dos dois últimos séculos, se tentou a duras penas captar e aplicar precariamente. Os arquitetos de Péricles efetuaram cálculos sobre os efeitos da luz, sobre a ótica humana e a resistência dos materiais face à ação dos ventos marinhos que o nosso século volta apenas a redescobrir. Enfim, Demócrito, para não abusarmos de exemplos suficientemente conhecidos, afirma a existência do átomo e descreve as suas características principais, mas a humanidade durante mais de 2 milênios tomou as idéias de Demócrito como simples teorias sem nenhuma aplicação prática, até que se conseguisse descobrir o ainda inimaginável potencial revolucionário dessas "simples teorias" somente nas últimas décadas deste século.

O QUE PODEMOS APRENDER COM ISSO?

Contudo o objetivo deste livro não é fazer incursões através de temas tão diversificados, mas antes chamar a atenção para uma dessas "experiências de laboratório" que o mundo grego nos legou e que até o presente é tomada como mais uma utopia, sem nenhum valor prático. Referimo-nos ao ESTADO ou A REPÚBLICA de Platão.

Com a aplicação da Tábua de Pitágoras, dos princípios de Arquimedes e do atomismo de Demócrito, nossa humanidade construiu os pilares fundamentais do alucinante progresso científico dos últimos séculos. Nós pensamos que uma tal prosperidade técnica apenas pode ser controlada para o benefício da humanidade inteira se houver em paralelo uma mesma evolução Política.

Platão fala-nos de diferentes formas políticas, das suas sucessões no tempo e das suas harmonizações em formas racionais superiores. Segundo seu esquema, a nossa desordem política atual é devida ao fato de haveremos atingido um alto grau científico e técnico, mas, em contrapartida, estagnamos em formas de governos comparativamente superadas e inadequadas.

O nosso propósito não é fazer uma análise erudita das idéias políticas platônicas e menos ainda propor formas políticas gregas para a etapa humana atual. Nós pretendemos, antes, extrair o espírito dessas obras de antecipação, evocar a experiência desses laboratórios, por em evidência as suas forças lógicas e vivificantes, fazendo um quadro da situação atual, escrito para os homens do nosso século e onde apareçam soluções claras e eficazes que permitam, se forem seguidas, elevar o desenvolvimento político ao nível do já atingido pelo científico.

COMO É NECESSÁRIO PROCEDER ?

Quando as limitações quotidianas que nos

condicionam mostrarem que a nossa velha casa já não chega para nossas necessidades de vida, é bom não nos prendermos demasiado às suas características, com uma espécie de romantismo doentio que tenta deter a marcha inexorável do tempo.

É necessário encarar corajosamente o futuro sem nos aferrarmos às paredes fendidas, ao teto quebrado e às instalações sanitárias entupidas.

É preciso tratar de destruir essa casa rapidamente para que em seu lugar se possa erguer uma moradia nova e melhor que requer a família de um homem novo e melhor.

Colocar abaixo uma velha casa e substituí-la por uma melhor não é desprezá-la mas sim re-encarná-la numa forma mais evoluída.

Também assim, as formas políticas atuais, com as suas estreitezas que enchem de angústia bilhões de homens de todas as condições, não podem durar muito mais se nos limitarmos apenas a lhes acrescentar algumas "camadas de pintura". É urgente renová-las em profundidade. É urgente uma re-evolução total.

A seguir propormos as considerações e esquemas para acelerar o processo e para que este não custe a vida a uma infinidade de vítimas humanas imoladas pelas mãos de uns poucos imbecis, egoístas ou loucos que só conseguem viver entre ruínas e cadáveres. ■

O INDIVÍDUO

A palavra indivíduo significa literalmente "o que não pode ser dividido" e é utilizada para a pessoa humana da mesma forma que átomo equivale ao mesmo conceito e se aplica a um objeto. Mas na prática nós chamamos átomo a algo que é constituído por partículas e, por conseguinte, como unidade relativa o indivíduo não o é integralmente, mas aparece como uma resultante de subdivisões relativas e próprias, cada uma na sua esfera.

O indivíduo físico é para nós uma evidência e também um bom exemplo: se o considerarmos deste ponto de vista, cada corpo humano é uno e, no entanto, se observarmos a nível celular diremos que cada corpo é também formado por milhares de corpos microscópicos; e se observarmos a nível molecular ou atômico, o que nos parecia uno torna-se uma infinidade, medida em milhões de subestruturas. No entanto o fato objetivo não variou; o que mudou foi a nossa posição mental para julgá-lo. E as coisas são segundo a idéia que delas fizemos.

Dai resulta que o conceito de indivíduo como unidade não se pode elaborar separadamente da idéia indivíduo e que a nossa noção de número, como tal, é estritamente mental.

Assim, o indivíduo é como tal enquanto se pensa a si mesmo como unidade; se a consciência reconhece a pluralidade, o indivíduo também se pluraliza e portanto deixa de sê-lo.

Mas é evidente que a idéia de indivíduo, para ser verdadeira, deve excluir de si mesma toda outra idéia que lhe seja estranha na esfera da consciência na qual ela se propõe a agir.

Esta breve formulação filosófica tem a sua aplicação prática na vida corrente. Muitas vezes temos desejos de comer e de dormir; e esses desejos são satisfeitos quando a consciência se põe em contato com eles. Esses mundos de sensações, de desejos, de lembranças, são

como subestruturas no interior daquilo que chamamos o indivíduo.

Os Caminhos da individuação

Para fortalecer o conceito de unidade, a consciência só tem dois caminhos possíveis: 1, desligar-se de todas as coisas que lhes são alheias ou; 2, harmonizá-las entre si de modo que todas se tornem funcionalmente uma.

A primeira atitude, a do desprendimento do Ser-Consciência de tudo o que é fenomênico, é um ideal da filosofia transcendental: é a libertação da alma do mundo manifestado e da separação que vai contra a sua natureza existencial.

A segunda, a harmonização de todos os fatores através de uma dinâmica imposta pela idéia ou Ser-Consciência, é um ideal de política sobre um plano pessoal.

Logo, o Ente Político como indivíduo não é um fato natural, mas antes o fruto do esforço de uma consciência madura; esforço esse possível apenas nos homens que chegaram a um processo determinado de auto-formação e de liberdade.

É evidente que, salvo um número bastante reduzido de homens extremamente seletos, o caminho forçoso da humanidade em conjunto é que cada um de seus componentes se harmonizem a si mesmos à luz da filosofia sob o impulso da Política, que é a sua face inferior e terrestre.

Deste modo, o Indivíduo Político, que é o que agora nos interessa, não "nasce feito" mas "faz-se a si mesmo". Ele é um logro do patrimônio cultural humano; não é espontâneo mas sim factível; e pode ou não ser realizado, pelo menos dentro de um certo limite de tempo.

A SOCIEDADE

Quando vários indivíduos se relacionam com um fim em comum, fala-se de sociedade.

A origem das sociedades humanas é desconhecida por todos. E talvez uma tal origem nunca tenha existido no sentido estrito da palavra. É provável que a humanidade seja essencialmente social e que as transformações que a conduziram, física e psicologicamente, ao estado atual tenham sempre agido sobre sujeitos agrupados.

Os sociólogos modernos atribuem à família a origem de todas as associações. Mas nós consideramos, para além dos imperativos biológicos demasiado valorizados pela civilização materialista atual, outros imperativos de caráter mais complexo e profundo, que levam os seres humanos a amarem-se, a ajudarem-se ou a odiarem-se e a destruírem-se, mas nunca a ficarem indiferentes uns na presença dos outros.

É evidente que o homem atua não somente impulsionado pelas energias telúricas que o transpassam e modificam constantemente, mas ainda por inúmeros elementos imponderáveis dentro e fora da sua própria consciência individual, em contínuo desenvolvimento.

Em diferentes épocas da existência humana existiram sociedades que se consagraram à caça, à colheita, à criação de animais, à agricultura etc. Ainda há pouco tempo os especialistas consideravam que o primeiro grupo humano vivia da colheita de frutas, da pesca e da caça de pequenos animais; mais tarde ter-se-ia consagrado à caça de grandes animais com o correspondente desenvolvimento de pequenas indústrias de armas e de vestuário; em seguida, ao racionalizar a caça, ele teria se tornado criador de animais e pastor, adquirindo uma experiência local que teria dado origem à agricultura e às culturas superiores.

Mas essa visão comtiana da gênese da vida social já não é válida atualmente. As novas investigações e a indiscutível antiguidade do homem, no seu sentido próprio, revelam que ciclos complexos de evolução alteraram mil vezes es-

ses esquemas simplistas, sem se poder afirmar nada de certo sobre a origem da sociedade.

Lamentamos ser obrigados a sacudir um pouco violentamente a consciência do leitor, mas o que é certo é que quase toda a ciência social, aparentemente sólida, bem como as suas resultantes políticas, não são mais do que crenças da nossa época que vieram substituir outras crenças e que terão o mesmo destino.

Hoje um antropólogo faz deduções sobre a forma de vida de um grupo social pré-histórico baseando-se nos seus restos e em uns poucos objetos com a mesma precisão que os "sábios" medievais escreviam sobre o unicórnio a partir de um chifre partido encontrado num país distante. Os diferentes proto-homos e páleo-homos reduzem-se, frequentemente, a alguns dentes e fragmentos duvidosos e a uma imensa literatura imaginativa digna de temas menos sérios.

Deste modo, preferimos não cair pelo menos nesse erro não tratando da origem da sociedade. Dizemos, simplesmente, que a sociedade parece ser um atributo inato da humanidade e como tal deve ser justa e necessária.

Imaginemos uma sociedade primitiva, simples como costumava ser, uma família com as suas 3 ou 4 gerações. Vemos os avós, tesouros de experiência e receptáculos das regras religiosas, árbitros das inibições que asseguram o controle dos instintos; os pais, em plena atividade e trabalho, verdadeiro protoplasma ou membrana nutritiva da sociedade; e finalmente as crianças e os adolescentes, elementos novos, renovadores, que devem ser rapidamente instruídos a fim de não chegarem a criar conflitos com aqueles que são mais velhos e têm mais experiência. Poderíamos ainda agregar um outro matiz ao nosso quadro que é o originário da divisão de sexos, com funções mais ou menos diferenciadas segundo o grupo estudado.

Se considerarmos o grupo em conjunto, não poderemos negar o seu caráter de unidade, mas se nos determos um instante na nossa observação, perceberemos que a aparente unidade se decompõe em grupos de idades e de necessidades diferentes. Como é que, então, permanecem eles unidos tão estreitamente? Simplesmente porque foi estabelecida uma autoridade indivisível e guardiã zelosa da cultura e das técnicas do grupo: os anciãos. Trata-se de uma estrutura simples e natural: a criança torna-se jovem, o jovem torna-se adulto e o adulto torna-se ancião, quer dizer, o vértice da pirâmide temporal e evolutiva das possibilidades de todos.

Uma tal forma é absolutamente inaplicável numa sociedade moderna, mas guarda um sentido de ordem e de justiça que não escapou à perspicácia dos gregos e dos romanos, os quais chamaram Anciãos (Senadores) aos seus sábios governantes. Existe em tudo isso uma evidente estabilidade de ordem e harmonia extremamente interessante.

A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES SEGUNDO PLATÃO.

Platão propõe pela boca de Sócrates, na sua República, a fundação de uma sociedade; e toma como ponto de partida para isso uma associação voluntária de homens. Ele diz que se cada um desses homens fosse satisfazer todas as suas necessidades próprias, como fabricar seu próprio vestuário, ferramentas, utensílios, armas, habitação, cultivar a terra, construir seu barco etc., todos esses objectos seriam mal confeccionados, salvo na especialidade própria de cada um.

Platão soluciona o problema fazendo que essas atividades sejam canalizadas por ofícios: o sapateiro trabalhará para todos, o criador de gado é quem levará o rebanho a pastar, e do mesmo modo todos os outros representantes de cada ofício. Assim todas as coisas serão bem feitas e cada um as terá com a mesma qualida-

de que teria se possuísse cem vezes mais tempo, mais dinheiro, mais habilidade e mais força do que a que realmente possui. Quer dizer que a sociedade fez participar cada um dos bens de todos somados aos seus.

Mas essa sociedade, além do pão, da carne, das armas e de outros objetos materiais, necessita também de justiça para arbitrar nos conflitos e de um poder que impeça os mais fortes e os mais hábeis de prosperar à custa dos menos afortunados e de aumentar essas diferenças com o tempo, até caírem na mais desumana exploração.

Se cada cidadão fosse exercer por si mesmo a parte de justiça que lhe corresponde, essa justiça e poder, tal como os objetos materiais, seriam frequentemente defeituosos. É necessário então que alguns desses cidadãos assumam os cargos da justiça e do poder, gerando um governo e, apenas depois, estabelecendo O Estado, isto é, a Sociedade Racionalizada e regulamentada, cuja finalidade é transcender a simples sobrevivência do indivíduo.

O ESTADO

Dos três termos - Indivíduo, Sociedade e Estado - somente o primeiro e o último têm natureza harmônica. Quer dizer que correspondem a uma consciência unificadora.

Dizíamos que o Indivíduo era como tal em virtude da idéia indivíduo; e somente quando esta se tornava dona do conjunto é que a simples soma dos elementos físicos, psíquicos e espirituais se transmutava numa unidade funcional. Não é a adição de sons que fazem uma sinfonia, mas sim a sua idéia que organiza os sons nas suas relações e ritmos de desenvolvimento. Do mesmo modo, o Indivíduo é um êxito que surge através da criação autêntica de uma idéia.

A soma de vários indivíduos relacionados entre si formam uma sociedade. Mas se essa correla-

ção se destina apenas à simples sobrevivência das pessoas físicas, à satisfação de suas necessidades materiais e psicológicas, o conjunto não é mais do que uma mera associação de pessoas.

Torna-se Estado a partir do momento em que encarna a Idéia de Estado, quer dizer, um elemento unificador e harmônico que antepõe a finalidade transcendente do grupo a todo interesse particular ou meramente biológico.

Assim, O Estado diferencia-se da sociedade no sentido em que o seu Ideal, a sua aspiração ao aperfeiçoamento em todos os planos, não se limita unicamente às aparentes satisfações biológicas e sensíveis dos seres humanos, mas ajuda-os e conduz até o alto da escala evolutiva.

Para Platão, o Estado que governa é como o médico: ele previne a doença e cura os doentes. Mas se para fazê-lo, como no caso de uma operação cirúrgica, tem que submeter o paciente a um tratamento momentaneamente desagradável, ele fá-lo-á sem dúvida e sem dar ouvidos aos queixumes e súplicas desse doente. Se fosse seguir os ditames dos gemidos do doente e ceder às suas ameaças, seria cruel e perigoso para o próprio doente.

Assim, o Estado não é a simples soma de seus componentes, mas uma potência em ato de governo, uma ciência, um poder, um verdadeiro ato místico e filosófico. Desse modo, ele instrui os cidadãos, dirige-os e protege-os, conduzindo-os à sua expansão no seio de uma harmonia comum e inconcebível para o homem solitário.

No indivíduo, a vida de um dia sucede a de outro e assim mil vezes; mas os instintos, os desejos biológicos conhecem apenas o instan-

te: eles não se interessam nem pelo passado nem pelo futuro pois ambos são inexistentes no ato sensível que se satisfaz a si próprio na momentânea aquisição daquilo que justifica a sua existência. Nós ressentimos o frio, o calor, a fome, a inveja, a paixão ou o ódio apenas no exato momento que temos motivos para isso.

Apenas a Idéia-Indivíduo é semelhante ao fio que une as pérolas num colar: ela encaixa-as dia após dia numa longa experiência. Sustentada por ela, a consciência desperta do indivíduo regula as ações quotidianas, modela-as, seleciona, planifica inteligentemente e prevê o futuro. Sob as ordens da vontade inexorável, as recordações, as experiências do passado, são evocadas e dão o seu conselho, o que vai permitir não sucumbir nos mesmos erros, não ceder às mesmas paixões enganadoras e não padecer mil vezes por uma insignificante migalha de satisfação.

A Idéia-Estado também se compara ao fio que une as pérolas de um colar: os diferentes grupos humanos, os interesses e as subestruturas que compõem o Estado desejam ardentemente, e vivem cada um deles seus próprios problemas momentâneos; mas o Ideal objetivado, que é o Estado, transcende-os a todos, e através da história revive os pequenos acontecimentos quotidianos e os feitos portentosos de vários séculos de existência, selecionando-os: com as almas dos heróis forma o seu Conselho de Estado, extrai os ensinamentos das horribles catástrofes, aprecia o valor dos triunfos e das crises. Com tudo isso ele forma um juízo, uma linha política harmonizadora que resolve os fatos do dia, reanima os desfalecidos, refreia os poderosos, informa os ignorantes, cura os doentes, dá pão e teto aos infelizes, castiga os orgulhosos, enfim, assegura um destino melhor para todos. ■

No livro "A República" de Platão, encontra-se uma parábola milenar com um significado vasto e profundo que, embora difícil de ser compreendida na sua totalidade, nunca deixou de impressionar vivamente os pensadores de todas as épocas: trata-se do "Mito da Caverna".

Ele propõe aos seus leitores que imaginem uma gruta profunda na qual vivem, desde os seus nascimentos, numerosos homens acorrentados. A disposição é semelhante a de um cinema moderno: esses homens estão presos e imóveis frente a um muro que faz a função de uma tela e detrás deles chega um feixe de luz. Esse feixe de luz é constantemente atravessado por portadores dos mais variados objetos, animados e inanimados, o que faz que as suas sombras cruzem a tela, diante dos olhos dos homens acorrentados. Além disso os portadores passam uns calados e outros conversando entre si. O eco da caverna e a mobilidade das sombras criam nos cativos imóveis a ilusão de que o que eles vêem, que é a única coisa que viram na vida, é tudo realidade e que as palavras e os sons provêm dessas sombras.

Se supormos que um desses cativos conseguisse, por fim, libertar-se da sua escravidão, logo após passar o seu olhar por toda a sala, fixá-lo-á espantado na caravana que continua a passar por trás dos seus companheiros. Facilmente se compreenderá que, à primeira vista, ele não vai achar o novo espetáculo nem racional nem agradável e julgá-lo-á pior e mais enganador do que as suas sombras e ecos já familiares.

Se, indo mais longe, convidássemos o recém libertado a contemplar a abertura ou a fresta pela qual passa o feixe de luz, ele recuaria, apavorado, maldizendo o momento em que rompeu as correntes, pois sentiria dor e confusão, julgando-se cego.

Se pela razão ou pela força o fizéssemos subir à superfície da terra, ao mundo exterior, e con-

templar o céu e o sol, ele julgaria estar ficando completamente louco, não podendo já ver ou entender nada, soluçando pelo seu posto abandonado no fundo da caverna subterrânea.

Platão opina que este homem deverá acostumar-se pouco a pouco à sua nova vida, saindo do seu retiro paulatinamente e ir adaptando-se até poder contemplar facilmente as coisas em pleno dia. Assim, ele conhecerá as árvores, as flores, os astros e chegará à conclusão de que a luz solar é a causa indireta das ilusões da caverna, apercebendo-se através da experiência diária que aquelas não passavam de sombras e ecos.

Assim este novo conhecimento torna-o feliz; e ele vai ter piedade daqueles que ainda jazem nas sombrias entranhas da terra. E ainda que lhe oferecessem honras e recompensas, ele, que gemia e maldizia o fato de ter abandonado a sua prisão, não desejará nunca mais voltar aí.

Mas se, por amor aos seus semelhantes, ele sentisse o dever de regressar e de retomar o seu lugar, pouco a pouco os seus olhos habituar-se-iam às trevas e então ele explicaria aos seus companheiros o engano entre gargalhadas. Não acreditando naquilo que ele dizia, os prisioneiros tomá-lo-iam por louco e, se ele continuasse a insistir, a única coisa que impediria os seus antigos companheiros de castigá-lo, ou mesmo matá-lo, seriam as robustas correntes.

Segundo o que explica Sócrates a Glaucon, no citado diálogo de Platão, a caverna é o mundo material vulgar e corrente, os prisioneiros são a humanidade em conjunto e o homem livre é aquele que, através de difíceis caminhos, conseguiu transferir a sua consciência da obscuridade para a luz, do irreal para o real, da angústia existencial para a felicidade da consciência desperta. É, enfim, o indivíduo como Idéia, separado das oposições materiais

e psicológicas das paixões. Mas, o personagem deste mito, para além de Filósofo, harmonizador de si mesmo, é Filósofo-Político, ou seja, um verdadeiro Filósofo. E ele volta ao mundo para transmitir-lhe a sua experiência. Mas as massas escravizadas, enganadas e julgando-se no verdadeiro caminho por serem maioritárias, comparativamente àqueles pouco numerosos que procuram libertá-las, agitam-se embrutecidas, beijando e acariciando as suas oprobiosas correntes.

No início do cativeiro cada prisioneiro terá gravado as suas experiências tomando as sombras por realidades e os ecos por palavras emitidas pelas próprias sombras. A máquina habilmente montada e as suas correntes não lhe permitiram outra via do que a do erro, embora, aparentemente, cada um tivesse a liberdade de escolher.

Mais tarde, os pretensos generosos proprietários do recinto convidam cada prisioneiro a

levantar a voz e a trocar as suas opiniões com os outros, dizendo-lhes que assim eles têm plena liberdade para opinar e escolher como chefe ou guia aquele que, entre os prisioneiros, eles preferirem. Mas que liberdade é essa se já estava previamente condicionada pela escravatura e pelo erro?

Periodicamente um ou outro prisioneiro dirige as resoluções do conjunto, mas os verdadeiros chefes são aqueles que, para seu proveito egoísta e inumano, instalaram a máquina, utilizando a caverna. Atrás, nos bastidores, eles riem dos esforços estéreis dos prisioneiros e das suas paródias de liberdade.

Na chave de interpretação política a caverna é a chamada democracia, e os cativos são os cidadãos que, enganados, julgam-se livres no seu seio. ■

A Humanidade, compreendida pelas formas de cultura ocidental, pensou durante seis ou sete séculos que toda a intelectualidade e todo o refinamento nos costumes tinham desaparecido com o Império Romano do Ocidente e que a moralidade, os sentimentos religiosos e altruístas apenas podiam florescer nos países onde as belas-artistas, os conhecimentos científicos e as investigações filosóficas e políticas estivessem subordinadas ao clero cristão. Afirmava-se então, segundo os conhecimentos de Santo Agostinho, que a Terra era plana e que ocupava o centro do Universo; os reis julgavam-se os enviados de Deus pois as igrejas coroavam-nos e reconheciam-nos como tais etc.

Mas vieram as cruzadas e as viagens, e os contatos com os mundos culturais árabes e do extremo oriente demonstraram, então, que se tinha vivido no engano e que as pequenas minorias fanáticas, controlando os livros e as casas de estudo, manejando reis e agremiações, tinham torcido a verdade em benefício próprio a fim de poderem sobreviver por trás de uma autoridade dissimulada e artificial. Soube-se então que a Terra, tal como afirmavam os filósofos gregos e os teólogos de Alexandria, era esférica e que não ocupava o centro do sistema solar. Deixou de ser considerado um pecado dedicar-se à investigação, estudar, ler a Bíblia e outros livros nas línguas correntes. Compreendeu-se que os reis nem sempre eram impostos por Deus, mas eram colocados no trono pela força das armas e da ignorância, e que os principados feudais, com os seus milhares de súditos-escravos, não representavam a melhor forma de governo. Tudo isso apareceu lentamente ao longo dos séculos, mas acabou por se tornar evidente.

Assim como há mitos e parábolas que servem para iluminar as consciências, também existem outros que são utilizados no sentido contrário. O mito da democracia é um desses.

Do ponto de vista histórico, certos autores, cómodos nas suas prerrogativas, fizeram crer que a democracia nasceu na Grécia, tendo representado o cume da evolução política e que foi cantada e louvada pelos seus mais poderosos intelectos. Tudo isso é falso. A palavra "democracia" é de origem grega e significa "governo do povo". Mas, o quê os Gregos entendiam por "povo"?

O Demos grego era constituído por uma pequena fração culta da população: os cidadãos, quer dizer, literalmente, os habitantes das cidades. Isto excluía a maioria inculta. No entanto esta forma tão "moderada" de democracia foi uma tal maldição para Atenas, sua executora circunstancial, que a levou à sua destruição nas mãos dos tiranos, à anarquia e à guerra civil.

Platão, Aristóteles e a totalidade dos grandes pensadores clássicos apresentaram a democracia e a tirania como "as duas piores formas de governo" e, aliás, consideravam-nas inseparáveis como as duas faces de uma mesma moeda. Ambas são, na prática, a exploração do homem pelo homem, a tirania de um ou de muitos.

Na atualidade, as chamadas democracias não são mais do que imensas cavernas psicológicas, repletas de escravos que falam e discutem sobre as enganadoras sombras mostradas por seus amos a fim de entretê-los. Assim, a multidão, sangrada por suas feridas, aflita de tanto trabalhar para seus amos ocultos, deve invejar o destino do boi ao qual, quando se fere, se interrompe o trabalho para curarem-no.

Perdeu-se toda dignidade humana e os vastos aparatos de propaganda, agindo como terríveis látegos onipresentes e onipotentes, fustigam diariamente milhões de pessoas, repelindo os povos, fazendo os velhos mendigar pensões e reformas, enganando a mulher ao fingir livrá-la da servidão do lar para torná-la na serva de uma multidão, estragando as crianças às quais educadores sem vocação nem competência

infiltram o seu ódio e as suas carências, contrangendo os homens a trabalhar em concorrência selvagem sem terem nenhuma razão para isso.

O cinema, a televisão, o rádio, a imprensa são as tiras de couro desse látigo fenomenal. Uma súcia dirige as grandes cadeias de difusão que, tal como os portadores de sombras do mito da caverna de Platão, mostram ao povo o que lhes convém. Quanto ao povo, acorrentado pela sua impotência, não podendo ver outra coisa, comenta e discute apenas aquilo que vê, quer dizer, o que lhes é manipuladamente mostrado.

Com uma habilidade diabólica, faz-se o povo pensar que são livres, convidando-os a escolher entre eles aquele que melhor lhes explique as sombras. Então, aqueles a quem se chama justamente "idiotas úteis" aplaudem na sua vez, e a representação teatral segue seu curso.

Um capataz dos escravos é eleito para dirigir a ordem e as características dos erros e dos ecos. Logo a seguir vem a farsa da subida ao poder e tudo continua como antes. Os governos passam, mas a fome, o frio, a ignorância, a angústia de não se saber a razão pela qual se vive, permanecem.

Se alguém se dá conta do engano é excluído como pestilento, tudo o que ele diz é sistematicamente atacado e, por vezes, é assassinado. E os carrascos vão levando as suas sofridas vítimas ao envilecimento. E não só as fazem infelizes como também as tornam más, o que é a pior de todas as infelicidades. Sob o pretexto de defender a democracia, todos os abusos são permitidos.

Os dois blocos, o do Ocidente e o do Oriente, os esquerdistas e os direitistas, não se cansam de adular a democracia. E democracia é o novo credo que queima na fogueira todos os pensadores livres, todos os investigadores

daquilo que é aberto e belo. As terríveis chibatadas cobrem milhares de quilômetros e, de um polo a outro, zumbem por cima das cabeças de milhões de pessoas; e os seus silvos repetem: "democracia, democracia, democracia...", mas sobre as costas do povo ressoa: "fome, ignorância, perseguição".

É que o povo, abandonado com as suas enfermidades, já não tem um governo-médico. O Estado, ou aquilo que pretende ser um Estado, pede-lhe tudo mas não lhe dá nada. O altar da democracia é insaciável e devora os maiores sacrifícios: imutável, sem limites na sua fome, é um altar louco erigido por loucos.

Uns chegam a dizer que a democracia é cristã, religiosa. Mas se assim fosse, nós deveríamos ter um clero democrata. Votam, por ventura, todos os milhões de católicos para escolher um Papa e impõem-lhe o que deve fazer? Foi o povo da Galiléia que votou e escolheu Jesus para que os redimisse ou foi Jesus quem se lhes impôs por sua natureza superior, pureza e sabedoria? Acaso votaram os árabes para eleger Mahomet, os judeus a Moisés e os budistas a Gautama? Einstein tornou-se cientista genial por eleição popular? Becker foi eleito poeta e Beethoven músico? Pitágoras, Platão, Sócrates e Giordano Bruno foram eleitos sábios? Pelo contrário, foram todos perseguidos. E o próprio Cristo foi crucificado por decisão democrática.

Não! A democracia não existe nem pode existir dentro da civilização: ela é um "papão" para que as crianças sejam bem comportadas e obedeçam quando as mandam dormir ou calar.

Platão propõe-nos um exemplo: diz que se um grupo de pessoas tivesse que tripular um navio e, inexperientes e atemorizados, escolhessem um deles para capitão (não sendo esse mais erudito que os outros nas ciências marítimas) e se, para cúmulo de infelicidade, estivessem todos constantemente em disputas e puses-

sem sucessivamente vários capitães ao leme, a embarcação naufragaria e todos se afogariam. Se houvesse entre eles um verdadeiro marinheiro e se o tivessem escolhido como capitão teriam sido salvos. Mas de que maneira um verdadeiro marinheiro poderia convencer a multidão de que o era de fato numa circunstância em que qualquer tentativa de governo do navio por parte dele seria interpretada pela maioria ignorante como um atentado à igualdade de direitos e um privilégio injusto de uma minoria com intenções ditatoriais? Então até mesmo os marinheiros pereceriam !

É notável a força de um mito: é quase incrível como se pode obscurecer o espírito de homens que se dizem sensatos.

Aqueles que querem ser sapateiros prudentemente vão praticar sob a orientação de um profissional; os que querem ser médicos, primeiro estudam profunda e minuciosamente durante anos e em seguida procuram e regem-se segundo as ordens de um doutor experimentado. O mesmo acontece com os advogados, engenheiros e todas as outras profissões. Porém, aqueles que querem formar um governo não se aperfeiçoam e nem procuram os homens mais aptos e mais sábios, mas o improvisam com aqueles que nada sabem e que também não precisam provar nada.

Pretende-se que um homem que é talvez incapaz de gerir sua própria vida possa fixar o nível de vida de milhões e milhões de homens que ele não conhece; que um homem que não consegue educar seus próprios filhos regule a educação de todas as crianças de um país; e que um homem incapaz de se dominar tenha as rédeas de um Estado.

Assim o mito é mantido por aqueles que dele se beneficiam. Através de lisonjas e frases carregadas de emoção eles adormecem os escravos da caverna psicológica da democracia que sempre agitam as correntes.

Conhecendo a Democracia, não só pelas teorias de Platão, mas também pela nossa vida diária - e pelo fato de que vivemos uma democracia anti-natural, impraticável, inoperante e caótica, fonte de uma contínua desgraça para as suas vítimas - perguntamo-nos: Qual, afinal, a forma de governo que é ao mesmo tempo a melhor e mais factível de ser aplicada com sucesso ?

A "experiência de laboratório" da Grécia Clássica pode-nos ser muito útil neste momento.

Sendo o governo constituído por aquela parte dos cidadãos que dirige os outros com base em princípios previamente estabelecidos, os gregos interrogaram-se — e essas questões são ainda hoje válidas e muito necessárias:

"Por quê e para quem se governa ?

"Qual é a finalidade do governo ?

"Deve ser ele um simples administrador ?

"Terá ele inteiramente ou em parte obrigações perante os problemas e experiências de seus membros ?

"O que se passaria se não houvesse governo ?

Com uma profunda visão, Platão considera a política como uma ciência e não como um enigma improvisado. Sujeita aos ciclos, vítima das flutuações naturais de tudo o que se manifesta e é objetivo, a evolução dos povos passa por diversas formas típicas e volta de novo a estas com pequenas variantes, até que a idéia desse Estado se dissolva e que este também, como todas as coisas, morra.

Os sociólogos modernos, na sua maioria, evidentemente impressionados pelo mito da democracia — do mesmo modo que os seus antepassados, os conselheiros dos príncipes, o estavam com o mito da monarquia — pensam

que as sociedades inferiores eram necessariamente carismáticas, com um dirigente absolutista, e que as sociedades superiores elegem os seus chefes por meio de deliberações nas quais todos os membros têm voz e voto. Mas se esses "especialistas" deixassem de se impressionar com suas próprias palavras, ditadas por circunstâncias momentâneas ou por interesses criados, ajuizassem, com a facilidade dada por suas faculdades naturais indiscutíveis, que os homens menos civilizados, os que vivem quase como animais, são os únicos que podem fazer uma verdadeira democracia, e que de fato a fazem: todos os membros de uma tribo (crianças, homens, mulheres, velhos) vivendo da colheita são iguais; o governo é eleito praticamente por voto direto e periodicamente é aclamado até que se grite mais alto para que o poder mude de mãos.

Mas quando o modo de vida é menos selvagem, quando aparecem certas técnicas e quando as zonas mais ou menos apropriadas são identificadas, abandona-se a democracia, quer dizer, o império da força bruta do número, e procura-se mais inteligentemente a qualidade, os princípios e os ideais. É somente então que o governo se torna patriarcal, carismático.

As novas técnicas e o sentido recém nascido da propriedade obrigam a que se procure homens capazes de dominar e de ampliar os novos conhecimentos; e de julgar com clareza as divergências e conflitos.

Ainda que em escala microscópica se tenha compreendido que a política é uma ciência, essa descoberta dará seus devidos frutos na dimensão em que for aplicada.

Mesmo que hajam mil pessoas dizendo que uma bananeira deve dar tâmaras, ela dará bananas; e a opinião de um único homem que saiba disso valerá mais que a dos milhões que o ignoram.

Estes fundamentos são simples e claros. Os especialistas podem submergi-los sob toneladas de termos técnicos e de estatísticas obtidas em coletividades pré-selecionadas, mas isso não impedirá que as regras que emanam da natureza reapareçam, mais dia menos dia, com a força da realidade e da vida.

Os homens estão de tal forma desconcertados que, em vez de procurarem a ação reta, aliviam a consciência por meio de teorias efêmeras que bailam segundo a música que tocam as bandas militares ou que os dedos dos usurários tamborilam encima dos cofres-fortes.

A democracia é hoje um fantasma que erra pelo mundo tomando a forma que mais lhe convém. Mas os povos adultos devem aprender a não mais temer fantasmas nem coisa alguma.

Além disso, a segurança nasce do conhecimento. Vamos então tratar de conhecer o que é e para quê serve a problemática delineada pelos atenienses da Academia em relação ao nosso mundo atual. ■

Segundo uma remota tradição egípcia recolhida e poetizada pelos gregos, a Esfinge é uma criatura com corpo de animal e cabeça de homem que ao mesmo tempo existe e não existe.

Afastando desde já as efêmeras formas de crença dos diferentes povos que atribuíram um caráter objetivo e tangível a esse engenho, diremos que a Esfinge é um símbolo. E um símbolo não é uma fantasia, mas uma realidade psicológica repleta de significados.

Os "mitologistas" modernos iludiram rapidamente o problema, atribuindo a sua importância tradicional a uma simples oposição absurda dos caracteres animais e humanos; essa oposição, que se justificaria pelo terror ancestral, seria o fundamento comum de toda a ignorância. Mas a falta de conhecimento em relação a um fenómeno da natureza, objetivo ou subjetivo, não o invalida. Os relâmpagos, o granizo, o medo e a inveja existem desde os princípios da humanidade, independente da opinião e do juízo dos homens. As coisas são o que são, independentemente da maneira como são registradas ou da interpretação que lhes é dada.

O Mito da Esfinge é a representação de um momento na transformação da natureza; é um monumento à evolução a que estão submetidos as idéias e os seres vivos, os quais são seus reflexos; é um altar levantado à Realidade inexorável.

Quando nos referíamos ao indivíduo, apenas o reconhecíamos como tal quando a Idéia-Indivíduo dominava o quadro dos elementos físicos, vitais, psicológicos e mesmo dos raciocínios automáticos que limitam e escravizam o comum dos homens. Afirmávamos que, enquanto esta Idéia-Indivíduo não tiver conseguido auto realizar-se nem harmonizar os seus suportes menos variáveis, nem estes nem a idéia terão uma existência real e o Indivíduo

não será mais do que um simples conjunto de elementos mais ou menos caótico e circunstancial. Quando nos referimos ao Estado, também falamos de um Ideal harmonioso e harmonizante em relação às partes integrantes e, enquanto não se conseguisse chegar a um grau mínimo desta harmonização e a esta clarificação de objetivos, em vez de Estado existiria uma forma complexa de sociedade.

Estabelecemos que o Ideal do Estado é acumular experiências e isso em benefício do futuro. Mas este Ideal, na sua direcionalidade ou destino existencial, necessita de um elemento que seja capaz de captá-lo.

Sendo o Estado constituído por subestruturas que têm uma idade evolutiva e características de crescimento divergentes, a sua função principal não consiste em submeter vontades nem em falsear naturezas, criando dolorosos e impraticáveis artifícios, mas sim em encontrar a fórmula conciliadora, sem sacrificar o melhor nem a realização já obtida e muito menos a aquisição futura.

A RELAÇÃO COM O SIGNIFICADO DA ESFINGE

A Esfinge antiga era representada com o corpo de touro, garras de leão, asas de águia e uma cabeça de homem, deitada sobre o ventre, silenciosa, com o olhar dirigido para o Leste, onde o Sol se levanta. Os mitólogos analisaram a Esfinge, mas ter-se-ão perguntado como ela nasceu e se é que esteve sempre nesta posição, com os olhos voltados para o Oriente e os lábios sorrindo enigmaticamente?

A antiga versão egípcia, hoje em dia praticamente desconhecida, diz-nos que cada parte da Esfinge desenvolveu um animal diferente e que destas diferenciações surgiu uma cabeça com aparência humana, muda e terrível; este conjunto vivo corria, nadava e voava, devorando e destruindo tudo por onde passava, até que Thot (o Deus Hermes na versão grega, o

Mercúrio dos romanos, o Buddha dos primitivos arianos) penetrou nela, animando a cabeça estúpida. Então a horrível besta, domada, prostrou-se sobre o ventre.

A lenda diz que quando o homem a compreender, nalguma aurora, a Esfinge precipitar-se-á no mar, que a espera próximo das suas garras (no monumento egípcio chamado atualmente "Esfinge de Gisé", o símbolo está hoje incompleto, uma vez que o antigo mar secou, deixando a descoberto o seu leito arenoso). E então a Inteligência, que é Thot-Hermes, elevar-se-á com o primeiro raio de Sol, libertando-se do mundo fenomenal e condicionado.

Embora o simbolismo seja bastante complexo, em linhas gerais fala-nos da grande evolução e da difícil sincronização das formas animais; do homem primitivo sem espírito, do aparecimento da consciência, do Ego e do seu triunfo final sobre a parte animal que o escraviza e da sua evasão do panorama material para a esfera das Idéias-Puras, o mundo dos Arquétipos como diria Platão.

O pensamento grego, através de Édipo, o herói de Sófocles, reafirmou o significado primitivo da palavra ao fazer com que o personagem principal da obra, cujo nome 'Édipo' significa "pés inchados" ou "peregrino", resolva a questão da Esfinge referente ao Homem e a mate depois. Assim, ele partiu em direção de sua grande prova, de sua realização definitiva, nas mãos de um destino cósmico, insondável.

No quadro da Política, a Esfinge representa o bom governo: a sua cabeça inteligente, retificadora das subestruturas menos evoluídas, impede que estas combatam entre si e prejudiquem as outras. Essas subestruturas são, desse modo, harmonizadas graças ao esforço do homem; e aguardam um fim que será imposto pela natureza.

As paixões, os ódios, as inércias, as irresponsabilidades e a evasão moral estão sempre presentes, em algum grau, na natureza do povo não instruído, mas podem ser transformados e acalmados. Então esse povo converte-se verdadeiramente em humano ao adquirir a consciência do Ego, deixando atrás de si os estágios anteriores de evolução e libertando-se de todas as cargas materiais e de todos os limites psicológicos. A garra, o pé fendido, as asas transformam-se em elementos inteligentes, em virtudes metafísicas perpétuas; e passam da obscuridade à luz, da morte à imortalidade, tal como nos ensina a tradição.

Assim, o processo da Esfinge é o do Indivíduo, o do Estado, enfim, é o da Humanidade.

E entendendo que o Governo não é o poder de alguns homens sobre outros, mas antes a imagem ordenadora e diretriz da vontade do conjunto, devemos considerar a sua função como sendo a missão de manter a unidade do Estado e de propiciar e expandir todos os dados positivos de seus integrantes até à generalidade universal. Devemos ver mais de perto a conversão da potência em ato, da idéia em palavra, da força em trabalho, do amor sentimental em fraternidade total. ■

Um dos grandes sucessos do pensamento moderno é a captação do princípio evolucionista da natureza. Mas as complexidades do processo estão em vias de apresentar como ultrapassadas as teorias do simples desenvolvimento individual, tão sólidas até o início deste século. E estas aparentes anomalias e jogos complexos de avanços e recuos não devem obscurecer o panorama ao extremo de negarem o que já foi visto com clareza.

Quando a medicina não encontrou a solução para uma série de casos patológicos aparentemente absurdos, nos quais as desordens apareciam como espontâneas ou devidas a causas inexistentes, ela reencontrou a sua força ao descobrir a influência dos elementos psicológicos sobre o organismo físico e vice-versa. A teoria psicossomática de Jung abriu um campo que oferece ainda inumeráveis trunfos à ciência. Mas se isso foi descoberto no indivíduo, e se as associações de base entre os elementos em diferentes dimensões forem reveladas, será necessário aplicar a mesma chave de ouro na espécie ou reino humano em geral, e mesmo em todos os seres vivos multicelulares.

Geralmente consideram-se as altas estruturas biológicas como desenvolvimentos a partir de uma unidade celular, mas esquece-se que, no processo evolutivo, sobre o plano experimental, esses organismos complexos resumem milhões de elementos celulares independentes uns dos outros, mas unidos e harmonizados numa mesma sinfonia vital. E essa sinfonia vital é uma experiência de conjunto que não nasce do desenvolvimento de um único elemento biológico, mas da coordenação de elementos múltiplos associados para o benefício comum e a realização do seu destino natural.

Se as imponderáveis experiências não se pudessem transmitir e associar sob a forma de seres mais complexos e superiores, nunca poderíamos resolver o problema do porque da vida, embora pudéssemos conhecer o como.

Sobre o plano Político, as formas modernas de governo descobriram o Indivíduo mas não o Estado. Esse limita-se a ser um mediador, um administrador, um "estorvo necessário" entre os livres impulsos dos indivíduos.

Poder-se-ia comparar o Estado moderno ao corpo de um homem que seria feito do amontoamento de milhões de células entregues aos seus próprios egoísmos e com experiências intransmissíveis. Nestes últimos anos conseguiu-se unir algumas dessas "células" sob a forma de "tecidos" (sindicatos, associações, cooperativas etc.), mas ainda não se tomou consciência de que os elementos com missões, tarefas e naturezas diferentes se devem integrar e complementar sob a inspiração de um idéia maior para poderem se transformar, de fato, num grande organismo: o Estado.

Como a Política é uma ciência, ela é também um elemento intelectual. Assim, a assimilação dos indivíduos físicos e econômicos em grupos isolados poderá ser feita pela ação física e econômica. Mas a transferência do Indivíduo para o Estado e a deste último em potência de volta para o Indivíduo na sua função orgânica, só se poderá efetuar quando o Estado for uma Idéia-Estado e não simplesmente um mordomo.

Do mesmo modo que os organismos superiores nascem da união dos elementos primários, todos banhados pela luz dos imponderáveis psicológicos vividos, também os estados nascem da Idéia ou Eu-Estado, que deve iluminar, como consciência una e unida, as consciências temporárias isoladas das suas partes integrantes. Isto, como simples afirmação lógica, é muito fácil, mas na experiência vital torna-se extremamente complicado. A natureza física necessita de milhões e milhões de anos para conseguir coordenar as experiências de subestruturas de diferentes antiguidades num único tipo mais estável - e provavelmente necessite mais tempo do que o que se pensa atualmente. Assim também a natureza intelectual do Eu-Es-

tado não deixou, de modo algum, de trabalhar na sociedade humana para dar a possibilidade atual de integrar um Estado objetivo.

Como seria um trabalho árduo, alheio às linhas gerais deste livro e à sua intencionalidade prática, considerar as subestruturas componentes do Estado ao nível individual, tomá-las-emos nas suas grandes e poderosas uniões de homens, tais como as de índole gremial-cooperativo etc. Aclaramos que não damos por solucionados os problemas particulares, mas não falaremos deles em virtude da maior importância destas associações tipológicas.

Num estado-padrão coexistem numerosas subestruturas com uma antiguidade e naturezas diferentes. Também são diferentes as suas acelerações e velocidade de crescimento, o que cria conflitos e lutas intestinas, pondo em constante perigo a estabilidade, já vacilante, do Estado moderno. As pressões e contrapressões internas são de tal ordem que esmagam literalmente os menos agressivos que não são forçosamente os piores integrantes da comunidade.

A situação de perpétua luta política, económica, social, intelectual, religiosa etc., é de tal maneira angustiante que a maioria dos cidadãos vive maldizendo o Estado. O Governo aparece como um grande mal que é capaz apenas de fazer esquecer os sofrimentos parciais em virtude daqueles que ele mesmo produz. A solução dada é semelhante à dos médicos do século XVIII que expunham o doente que sofria de gota às picadas de inúmeras abelhas para que esquecesse suas dores reumáticas.

Se imaginarmos o estado democrático como um balão de borracha, ou de plástico inflável, onde existem no seu interior numerosos pequenos balões cheios de substâncias diferentes, das quais várias em expansão, e uns introduzidos após os outros, teremos uma imagem clara: os balões mais antigos esmagam os seus vizinhos mais novos ou os envelhecidos ou os

com as paredes mais finas; produzem-se explosões e fortes pressões internas que se refletem, deformando a superfície e pondo em perigo o balão que contém a todos. Esse, como única alternativa, cede cada vez mais, retardando o inexorável rebentamento. Interessa-lhe unicamente sobreviver um pouco mais, seja como for, custe o que custar.

Assim o Governo não é uma síntese harmônica, nem mesmo um modelo, ou sequer uma fonte de justiça e de felicidade, mas uma subestrutura a mais lutando pela sua própria sobrevivência.

O pastor encontra-se a comer o pasto, de brucos com as suas ovelhas e rivaliza com elas. Os lobos comerão as ovelhas e o pastor pois este é, de fato, mais uma ovelha; e o rebanho está só e desamparado.

Vejamos se esses exemplos são válidos e se relacionam-se estritamente com a realidade quotidiana. Nos nossos dias, as tensões que existem num país estão ligadas aos fatores de tempo, de função, de crescimento e de cultura.

ACERCA DO TEMPO

Se a nossa curiosidade nos levasse a abrir um livro de medicina, de botânica ou de física de há dois séculos atrás, ficaremos surpreendidos não só pela pouca importância dada a certos temas, mas também pelas explicações fundamentalmente diferentes das nossas. Perceberemos, de imediato, que isso é devido, em boa parte, à ausência de instrumentos de conhecimento para nós familiares. Mas, mesmo se parcialmente pudéssemos reconhecer a medicina, a botânica e a física atual nesses velhos tratados, seria inútil procurar alguns que se referissem à sociologia, à demografia e muito menos às ciências técnicas então desconhecidas. Isso significa que acrescentamos ao conhecimento humano elementos completamente novos, que são produto de novas atitudes mentais, produzindo importantes modificações nas formas de

vida, usos e costumes. O homem inventou máquinas e técnicas de aplicação, mas essas "inventaram", por sua vez, novos tipos humanos.

Se a nossa insatisfeita curiosidade fosse suficientemente forte para recuar vários séculos na história, notaríamos que faltam quase todas as noções técnicas, científicas, econômicas, sociais etc. que hoje conhecemos. Mas estranhamente passariam pelos nossos olhos personagens e instituições muito semelhantes às dos nossos dias.

Trazendo de novo a nossa consciência ao presente, surpreendemos um monge com um hábito e dogmas medievais que desfila ao lado de um físico atômico, de um poeta romântico do século passado, de um comunista que ainda está em 1900 e pensa que uma greve prejudica apenas os ricos e, entre tantos outros, de um "futurólogo" deslumbrado que jura que todos vamos viver em marte.

Como é que uma tal violação do critério histórico poderia existir sem conflitos irresolúveis? Os estados modernos têm formas religiosas medievais, políticas centenárias, sociais novíssimas e técnicas em nascimento. Poderia um organismo, qualquer que fosse, suportar impune na natureza um tal anacronismo? Poderia um corpo humano ter uma cabeça de bebê, braços de adulto e pernas de velhote centenário?

Assim, o Estado atual é um monstro desfigurado, decadente e sempre enfermo. Os seus órgãos adulteraram-se e permitiram que no seu seio se alojassem formas cadavéricas e retardatárias que vampirizam a energia das mais novas e entravam a evolução do conjunto.

Simultaneamente, permitiu-se que as subestruturas demasiadamente jovens, quase em estado infantil, tomassem as rédeas do Estado e, por falta de maturidade e seriedade, carentes de experiência e de desenvolvimento interior, conduzissem os povos de desastre em

desastre: elas jogam e ameaçam com armas terríveis, desafiam o Universo, mas recuam, atemorizadas, perante uma vela iluminada na obscuridade de um grande recinto, temendo a morte e a pobreza.

ACERCA DO ROL OU FUNÇÃO

O rol, ou papel, de cada subestrutura deveria estar condicionado pela natureza desta e não pelo seu uso.

Na forma atual de Estado é tamanho o caos que já não importa a natureza de um grupo social: utiliza-se antes aquele que se tem à mão ou aquele que se julga ser mais dócil; desconhecem-se as denominações e tudo é uma massa homogênea, sem ordem nem liberdade. A civilização que tanto desenvolveu as técnicas físicas não fez, de modo algum, o mesmo nas outras esferas: arte, filosofia, política são meros respingos convulsos de um moribundo que começam e acabam rapidamente; e os artistas, os filósofos, os políticos, sucedem-se sem relação nem regras morais e espirituais que os una ou os justifique. A criação, ato sagrado para a antiguidade, que se transmitia de mestre a discípulo, é hoje um mero estertor. Todo mundo quer agir e ensinar, ninguém quer esperar e aprender. Como no conto medieval da cortesã e de Aristóteles, o instinto cavalga a inteligência.

A especialização política e organizativa é aparente, mas não verdadeira. As funções estão muito bem definidas: médicos, engenheiros, advogados, pintores, músicos, militares, padres, escritores, criminosos, camponeses etc. estão agremiados e têm estatutos onde estão inscritos os seus direitos e obrigações, mas cada um faz aquilo que quer e que pode; e se consegue explorar uma outra facção ou o seu companheiro de todos os dias, não se hesita em fazê-lo pois do governo vêm os piores exemplos: ele é o explorador de todos.

Assim, os padeiros dão a sua opinião acerca do petróleo, os padres metem-se na política

sob o pretexto de combater o materialismo, os militares controlam o jornalismo, os escritores obedecem aos capitalistas, os varredores pretendem saber qual é o orçamento de que necessita a Universidade.

O sentido lógico e necessário da agremiação foi falseado: já não é um ato construtivo tendo como objetivo o bem comum e a elevação de todos os cidadãos a uma dignidade, mas é um simples pacto baseado na força e na reação egoísta. Os advogados unem-se aos seus colegas, não para melhorar as leis mas para aumentar os seus honorários e as suas regalias; os carpinteiros não se preocupam com técnicas avançadas que permitirão fazer melhores móveis, mas com os seus salários. Sob uma aparente fraternidade gremial a floraram-se as mais brutais paixões e egoísmos. Caímos naquilo que pretendíamos combater: as classes privilegiadas não foram desenraizadas, simplesmente outras lhes foram juntadas. A luxúria e a avareza das classes altas, falsamente denominadas "aristocráticas", não desapareceram, mas os operários, os empregados e as profissões liberais tornaram-se tão corruptos como eles: têm seus mesmos vícios, suas moléculas e os seus exclusivismos de casta.

É que o rol fundamental, o de governar, foi falseado. Os outros são vítimas que foram arrastadas já que "o peixe estraga-se a partir da cabeça".

Os sistemas democráticos, de direita ou de esquerda, patrocina a confusão e a desordem pois é o único clima que permite a um governo incapacitado, burocrático, cultor do "Mito da Democracia", subsistir.

ACERCA DO CRESCIMENTO

Não só os fatores de tempo ou de rol põem em perigo a estabilidade do Estado, mas também os de crescimento. É que cada subestrutura tem um ritmo de expansão diferente e um estado-administrador desconhece este fator e

pensa que se pode regular a marcha de todas com um mesmo e único padrão.

A fraternidade humana foi entendida como igualdade, mas esta igualdade é inexistente. Se lançarmos ao ar uma esfera de chumbo, outra de madeira e outra de papel, não podemos "ordenar-lhes" que caiam com a mesma velocidade visto que a resistência do ar trava uma mais que a outra. Também não podemos decidir "por decreto" que os morangueiros atinjam a altura dos ciprestes ou que estes últimos sejam tão extensos como os salgueiros.

Da mesma maneira, as associações emergentes têm um desenvolvimento mais rápido do que as antigas, mas sendo as leis anteriores à sua criação, os novos núcleos de crescimento são excluídos, quando não são mesmo combatidos abertamente.

É de notar que o conceito de delito perpetua-se unicamente quando constitui a transgressão das leis da natureza, mas o conceito e as palavras variam com a orientação política do governo e aquilo que há dez anos atrás era um delito pode não ser hoje e vice-versa. É também evidente que o crescimento das novas estruturas sociais ultrapassou a jurisprudência; e as suas relações escapam cada vez mais à aplicação correta das leis, sobrecarregando a responsabilidade dos juizes e dos executores. Mas quando estes juizes não tem a formação moral necessária, cometem-se injustiças de fato, que vão, por vezes, até a perseguição física de operários e de estudantes que não cometeram outra falta do que aquela de existir e de acreditar no "Mito da Democracia", opinando e atuando com a liberdade prometida.

Por sua vez, existem subestruturas que caem em decrepitude e, no entanto, a lei considera-as tal como eram há séculos atrás e, assim, o Estado sangra abundantemente enchendo recipientes furados. Esta energia assim desperdiçada é a que logo falta para os hospitais e colégios.

ACERCA DA CULTURA

Embora, teoricamente, as democracias patrocinem oportunidades culturais iguais para todos, a falta de interesse dos governos, uma vez que foram improvisados, barra a passagem a milhões de crianças para entrarem na escola. Em certos aspectos vive-se em etapas anteriores à aplicação massiva da imprensa, quer dizer, no século XVI. Pressupõe-se que todos podem estudar, mas quem quiser fazê-lo terá que ir para as comunidades urbanas e entrar no jogo do sistema democrático. Mais tarde, colégios e universidades com programas inadequados, com locais infestados de sectarismo e de racismo, fecharão a porta à maioria. Hoje praticamente só os aderentes ao sistema e os ricos é que podem acabar uma carreira universitária. As profissões liberais, outrora livres e bem qualificadas, devem, para sobreviver na atualidade, entrar nos "trusts de exploração comercial do povo".

Os advogados não estão ao serviço da Justiça, mas daquele que paga mais pois "é preciso viver". Os engenheiros e os técnicos colaboram na guerra ou na opressão dos povos com a mais completa inconsciência. Muitos jornalistas cedem a sua pluma a interesses criados, ou têm que acatar um diretor semi-analfabeto, imposto pelos capitalistas. Os próprios militares, outrora exemplos de virtudes viris, gritam hoje histericamente se um soldado lhes serve o chá sem açúcar. E já temos ouvido médicos se queixarem de uma "epidemia de saúde".

Todos estes são problemas nascidos de uma deficiência na educação, de um amolecimento do caráter e da superficialidade da cultura. Entendamo-nos: a cultura não é conhecer unicamente uma série de documentos e uma rica terminologia especializada de maneira literária e teórica, mas sim isso e muito mais. O mundo e a marcha da civilização modelam-se com atos e não com palavras floridas nem posturas para fotografos.

Mas quem são os culpados? Os homens abandonados aos seus instintos ou o sistema que lhes permite fazê-lo? Esse sistema dá-lhes a informação mas não a formação. Logo, cada um procura, egoisticamente, levar a melhor e faz todos os esforços para ter um bom salário, mas nenhum para aperfeiçoar-se humanamente. Os poucos mártires da cultura são desprezados e faz-se pouco caso deles.

A ciência, a arte, a religião, a filosofia, a política carecem de um conteúdo de qualificação social. Cada um age apenas para sua própria satisfação e não procura, como recomendava Platão, unir-se ao Bom, ao Belo, ao Justo e ao Verdadeiro, mas antes chamam de bom, belo e justo apenas aquilo que está unido a ele, ou ao que lhe pertence, ou ao que interessa à suas fantasias e carências ilusórias.

A ausência de uma Sabedoria amparada objetivamente pelo Estado provoca todos esses conflitos e injustiças. Se devemos aprender, nós queremos saber por quê e ver em nossos chefes os exemplos que os confirmem como tais. Como chamar de "doutor", "excelência", "mestre" a homens que na rua e em suas casas levam uma vida irregular, que se vendem e se prostituem?

A crise fundamental é a de valores humanos. É preciso renovar profundamente o coração do homem. Essa renovação interior trará consigo uma mudança nos mecanismos de governo. Tais mecanismos são hoje extremamente complexos e burocráticos. A missão de Governar foi tomada como um esporte para os eleitos, que deve oferecer satisfações econômicas, prestígio de casta, vantagens pessoais e prazeres refinados.

Geralmente, e com modificações de pouca importância, o Poder Legislativo é formado por câmaras onde os novos ricos, que cortejam os votos de milhões de escravos capturados nas redes da moderna propaganda, se comprazem

em grandes discussões e na formação de comissões múltiplas, em esperar nos corredores para fazer malograr o "quórum", ou queixando-se pela ausência de refrigeração e serviço de bar. Tudo isso distrai o sofrido povo que paga o espetáculo; e os projetos que conseguem ser formados e passar ao Poder Executivo são feitos tão inadequadamente que este último tomou o hábito de anulá-los ou realizá-los como lhe dá na gana.

O Poder Judicial, manejando-se com leis impróprias, e no tempo que lhe é deixado pelas homenagens e satisfações que proliferam nas democracias, discute acerca dos privilégios e das injustiças, enquanto que os assassinos e aqueles que fazem o tráfico de escravas brancas e de drogas se encarregam de eliminar os que anseiam fazer algo de positivo.

Os ministérios, que estão dependentes do Executivo, mantêm centenas de milhares de empregados públicos aparentemente trabalhando e numa miséria real; e modificam, aprovam ou desaprovam, segundo aquilo que ordenam as camarilhas ocultas de capitalistas que são os verdadeiros diretores da grande sociedade anônima que é o estado democrático.

Periodicamente os látegos psicológicos voltam a fustigar e os cidadãos acorrem às urnas como ovelhas ao curral, pelo único caminho

que lhes é assinalado. Se, por vezes, as ovelhas se enganam e saltam uma vala, a força das armas anula a eleição, último recurso para efetuar o plano previsto.

Aquele que se atreve a pensar ou a denunciar esta máquina é rotulado como "capitalista" nas democracias populares ou como "comunista" nas outras. O mito defende-se com fantasmas, e o povo, embora rangendo os dentes, segue empurrando as rodas da farsa, cada vez mais esfomeado e desesperado. Não há idéias, não há pão, não há roupa, não há medicamentos para o povo, mas ele deve trabalhar para alimentar esta raça de parasitas. E chega-se mesmo a pedir-lhe que morra ou fique mutilado por querelas que não lhe dizem respeito.

Nas últimas guerras mundiais consumiram-se duas gerações, museus e universidades foram arrasados. Para quê? Tudo continua mais ou menos na mesma. Nem a paz nem a guerra podem solucionar este problema, porque mais além, muito mais alto, as cabeças ocultas são sempre as mesmas. E essas cabeças sobrevivem porque o "mito da democracia" impede toda libertação. A Tirania de um só ou de muitos sempre foi, é e será nociva. Enquanto no mundo existir ignorância, sectarismo, fanatismo religioso, racismo, colocação de governos assalariados, haverá desgraça para os povos e vergonha ignominiosa para os governos. ■

A Atenas da época clássica, nessa idade de ouro que alguns filósofos modernos identificam com o pináculo do pensamento ocidental, Platão falava por vezes dos "Pilares da Filosofia".

A essa altura, Platão dirigia a Antiga Academia e, sobre o frontão desse edifício estava escrito: "não entra quem não conhecer Geometria e Música". Segundo um estudo mais completo, vê-se que para os numerosos discípulos de Platão era imprescindível conhecer também Aritmética e Astronomia. Os gregos não davam a estas matérias exatamente o mesmo significado de agora: eles concebiam-nas no seu sentido lato, interrelacionando-as e cobrindo com elas praticamente todo o universo objetivo.

É que para o Idealismo Platônico o universo objetivo era um reflexo mais ou menos confuso e impreciso das realidades ideais do Mundo Arquetípico: antes do mundo material ter existido a Idéia deste mundo; e na sua evolução o mundo material regressaria às suas origens, aproximando-se da idéia que o tinha gerado. Cada forma inferior que se transmuta numa forma superior, cada opinião que se transforma em julgamento, cada imperfeição que cede o passo à virtude ou à beleza, é um passo a mais no caminho do "Regresso". Por isso Platão dizia que o homem, para saber, deveria lembrar-se, quer dizer, remeter na esfera própria da consciência do Ego os elementos perdidos durante a descida na matéria.

Em Política, Platão pensava que esse era um problema fundamentalmente educacional. Ele ensinava que a Alma de todos os homens continha certas perfeições básicas, mas que se achavam frequentemente mal colocadas. Dizia que a Alma, ou Ego, era semelhante a um olho, ao qual era necessário dar não só a faculdade de ver mas também a de ficar aberto e bem orientado.

Com tais afirmações, não nos estranha que ele tivesse ensinado que a Política, projeção do

Ideal Filosófico na humanidade inteira, é uma ciência e que devia ser estudada como tal.

Mas acontecendo que o mundo sensível e objetivo não é mais do que um reflexo do Mundo Ideal, para se conhecer o primeiro é necessário antes conhecer este último. Por exemplo: em vez de se tentar conhecer a disposição de uma casa batendo com a cabeça nas paredes no meio da escuridão, é preferível estudar antes seu plano para saber inteligentemente aquilo que um ignorante ou um violento teria conseguido apenas depois de muito tempo e com muita dor.

Mas ele explica que quando aconselha que a Política deve ser estudada como sendo um aspecto da Filosofia não o faz no sentido dos sofistas que consideravam o povo como um grande animal multiforme, cujos apetites, receios, defeitos, virtudes, crenças, reações e atitudes deviam ser estudadas para conformar uma retórica que lhes permitisse aproximar-se deles e influenciá-los: eles ofereciam aquilo que os seduzia e não falavam daquilo que ele temia; e assim ganhavam sua confiança para submetê-los em benefício de seus pretensos "governantes".

Platão ensina que o estudo não deve ser empreendido com um sentimento egoísta e mesquinho, mas para a procura do Bem, que para sê-lo realmente, deve ser Bem para todos. Assim não importa que o povo goste disto ou daquilo, o que importa é que ele tenha um benefício moral ou, pelo menos, um bem duradouro. Também não se deve ocultar dele aquilo que ele teme, mas é preciso educá-lo para que esteja seguro de suas forças e não receie nada. Menos ainda se deve adular-lo, senão o povo, resignado com a situação lograda, estagna nos seus esforços de superação e evolução. É conveniente falar-lhe com justiça de seus sucessos e de seus erros, a fim de que seja cada dia, e em cada cidadão, melhor.

Na Índia existe uma lenda muito antiga que ilustra esse ensinamento de Platão: "Diz-se que um dia Brahma contemplava o penoso rastejar de umas lagartas; compadecendo-se por uma delas, que se queixava mais alto do que as outras, ele a elogiou e adulou; e o fez tão bem que ela nunca mais sentiu dor alguma nas suas deslocações. Mais tarde, o Deus Brahma voltou de novo ao mesmo lugar e ficou maravilhado ao vê-lo povoado de borboletas brancas que, livres de todo o contato com a terra, voavam de flor em flor. As outras lagartas, desejosas de aperfeiçoarem-se, haviam criado asas, transformando-se em borboletas. Mas, próximo a um pé de planta, apareceu a Brahma uma lagarta que se arrastava ainda, incansável, quase enterrada na poeira; era a que tinha sido lisonjeada por ele e que sentia-se tão bem assim que ficou eternamente lagarta. As suas irmãs, conscientes da triste situação em que estavam, tinham se esforçado para elevar-se acima dela. Então Brahma viu o seu erro e nunca mais elogiou criatura alguma".

Mas o ensinamento que se depreende dessa parábola devemos saber pô-lo em prática. Os Estóicos diziam que não basta ter uma farmácia cheia de remédios, mas também é preciso um médico que saiba dar o necessário a cada um no momento oportuno e não dar nada a quem não tem real necessidade. E não se chega a médico testando seus remédios nos doentes nem metendo o bisturi cada vez mais profundamente na carne até atingir os órgãos afetados, mas primeiro segue-se uma aprendizagem teórica orientada por um médico experimentado. O novo médico, se consegue provar a sua eficácia teórica em cadáveres, poderá entrar em contato, de forma gradual e prudente, com os pacientes.

É assim também que se deve fazer o político. É indispensável que seja primeiro Filósofo e, dominando o invisível, possa dirigir-se sabiamente no mundo subjetivo. Senão, como poderia ele ser justo sem ser sábio? Como poderia ser hon-

rado sem ter desenvolvido virtudes e convicções morais? Como poderia ser bom se sua alma não tivesse primeiro bebido as lágrimas de todo o povo e não se tivesse compadecido com ele? E como poderia, enfim, governar os outros se não fosse capaz de governar a si próprio? Um paralítico completo não pode por a funcionar os comandos de um avião ou de um navio. Uma alma adormecida, um coração imóvel e frio não podem despertar os povos nem conduzi-los até os seus elevados desígnios.

O homem não tem somente fome de pão, o homem tem hoje, mais do que nunca, fome de dignidade. Ele não quer ser um número numa estatística nem um algarismo num cálculo de rendimento econômico. Ele quer ser um homem no verdadeiro sentido: quer amar, sofrer, trabalhar, desafiar o destino, triunfar ou fracassar, mas viver humanamente.

O povo está enjoado daqueles que improvisam e que o lisonjeiam para melhor poder explorá-lo. E está cansado de todos que o consultam sobre aquilo que ele não sabe, que pedem aquilo que ele não tem, que o fazem ajoelhar diante do que não crê. Um governo põe uma via férrea, outro a tira e ainda outro volta a colocá-la. Quem paga as experiências? Quem tem ou não necessidade da via? O povo.

Mas o inexorável relógio da história indica-nos que chegou a hora de acabar com esse jogo, de começar a planificar inteligentemente e de fazer um trabalho político sério. Urge modelar no barro do mundo as formas maravilhosas que sobrevoam nos céus do Ideal: as aves sagradas da Justiça, do Conhecimento, da Beleza, do Bem, da Verdade, da Paz e da Fraternidade batem suas asas à procura de um povo que lhes queira fazer o ninho, no qual elas possam habitar. Um povo assim, mesmo que fosse pequeno e de poucos recursos, seria rapidamente invejado pelos povos estrangeiros; e muitos gigantes

tornar-se-iam, como no conto de Dom Quixote, "moinhos de vento perante um ataque impetuoso".

Não se chega à libertação do sofrimento continuando a experimentá-lo cegamente e a carregar esse imenso ódio que acabará por devorar a humanidade. A libertação do sofrimento provém do conhecimento. E logo a seguir, a harmonia, a ordem, o riso, as espigas, o atelier e o livro, o amor e a glória brilhantes virão honrar aqueles que se atreveram a

construir o Estado como um Templo do Ideal Filosófico-Político.

Num povo comandado pelas virtudes, dirigido por filósofos que amam seus irmãos, sem obsessões materiais nem psíquicas, e protegido por uma força inabalável e inalterável, as desgraças passam fácil e rápido; pois quando o homem se harmoniza consigo mesmo, ele forma um todo com a harmonia da natureza e lava o seu próprio destino, imerso na verdadeira liberdade. ■

Antes de nos dedicarmos à forma e aos detalhes no Novo Estado que propomos, baseando-nos numa ampliação científica do "laboratório grego", vamos definir os seus princípios e alcances imediatos.

Após milênios e milênios de dor, o Homem está em vias de conseguir a sua auto-consciência, o seu Eu. E deste Eu inteligente deve partir a análise inteligente do mundo e a compreensão inteligente para com os outros homens.

Em "As Leis", Platão escreve uma parábola que poderíamos chamar "Dos Grous". "Conta-se que em épocas muito remotas, alguns grous começaram a reconhecer-se entre si, mas sendo ainda pouco inteligentes, a única diferenciação que viram no mundo era que existiam os "Grous" e os "não-Grous". Quer dizer que nessa classificação de "não-Grous" eles incluíam os peixes, as árvores, os pássaros, os homens e tudo, enfim, que não fosse como eles". Platão critica essa atitude e diz que ela é, ainda, a de muitos homens que dividem o mundo entre os que são da sua comunidade e os que não o são, considerando tudo o que é estrangeiro e diferente como mau e ameaçador. O Filósofo explica que a atitude lógica seria que os grous classificassem cientificamente o que lhes é alheio para poderem conhecê-lo, criando assim uma tendência para a harmonia integral, inclusive para uma melhor defesa no caso em que os "não-Grous" fossem efetivamente perversos.

**ESTA ATITUDE DEVE PRIMAR
NO HOMEM DO NOVO ESTADO:
A FRATERNIDADE UNIVERSAL,
SEM DISTINÇÃO DE RAÇA, CREDO, SEXO,
CONDIÇÃO SOCIAL NEM COR.**

Aclaramos outra vez que quando dizemos "fraternidade" não queremos dizer "igualdade": várias pessoas podem ser irmãs, mas isso não impede as diferenças de idade, constituição física, moral e intelectual. Estabelecer igualdade entre coisas não iguais faz parte das formas de ação da tirania: é irracional, anti-natural e uma atitude

marcada pela obscura fatalidade. Se fosse tentado igualar todos os seres pelo nível dos mais altos, seria necessário esticar os mais baixos até lhes fazer perecer; se todos fossem colocados ao nível dos mais baixos, os mais altos seriam impietosamente esmagados; e se fôssemos tentar resolver a questão como fazem nas democracias atuais, teríamos que ser por uma média, o que acabaria matando tanto uns quanto outros. A atitude fraternal, baseada na inteligência e no amor, é colocar cada um no seu lugar e não julgar "a priori".

Todos os componentes do Estado devem ter possibilidades iguais ao nascerem, mas as diferenças que se vão estabelecer na seleção dos mais aptos para uma ou outra função, segundo a investigação das aptidões, devem ser respeitadas e servir para integrar e complementar uns aos outros e não para dividi-los. Se cada qual cumpre corretamente a sua missão, para o Novo Estado o bom governante não é melhor do que o bom lavador de louças: cada qual deve ser bom na sua função.

A assimilação à Idéia-Estado, se ela é feita corretamente, está na origem de que o varredor não troca a sua profissão no Estado Filosófico pela de presidente num país democrático, ou pelo trono de um monarca, pois no Novo Estado ele está no seu lugar natural, por sua própria inclinação, e nada de necessário lhe falta: ele é feliz e nada tem a recear pois o Governo, onipresente, garante-lhe estabilidade espiritual, psíquica e física, de tal modo e com tal segurança que nosso varredor sabe que se for cometida uma injustiça contra ele e essa não for imediatamente reparada, todo o Estado cairá. Assim, o Estado garante os seus direitos com a própria vida. Que outro estado poderia lhe dar tanta segurança e paz? Se ele fosse presidente ou rei de um outro sistema, talvez possuísse mais dinheiro e roupa luxuosa, mas gastaria tudo com remorsos e, sob a sua luxuosa vestimenta, seu coração bateria angustiado pois não saberia se em algum momento não se estaria a tramocar um atentado contra ele, ou se iria

ser consultado sobre coisas que não sabe, ou se deveria resolver problemas que não entende nem lhe interessam. Além disso, como poderia ser feliz ao ver tanta desordem e desgraça à sua volta, causados provavelmente por sua própria incompetência?

Assim, o nosso herói viria trabalhar no Novo Estado, no qual ele seria um homem, teria seu lugar e sua dignidade. E os próprios companheiros de tarefas modestas que ele teria ao seu lado parecer-lhe-iam mais puros, honestos e superiores do que os dirigentes que ele poderia conhecer nas democracias.

Sendo o Estado uma Fraternidade, o Governo é paternal: os vínculos são profundos, vitais, íntegros e, do mesmo modo que nenhum bom filho atacaria um bom pai, também nenhum bom cidadão desejaria fazê-lo contra esse Governo.

Por sua vez, o Governo protegerá todos os cidadãos; e os governantes não poderão ter nem bens nem vencimentos, mas serão mantidos pelo Estado, com frugalidade, enquanto no exercício de suas virtudes. Governar será então o mais completo dom, o maior sacrifício de amor, reservado unicamente àqueles que se tenham distinguido como homens superiores, porque são os únicos que podem suportá-lo.

Nenhuma diferença religiosa pode romper tanta harmonia pois o Estado sabe e ensina que todas as religiões são, na base, semelhantes e deixa que cada qual escolha a forma que mais lhe agrade. Portanto, haverá à disposição dos fiéis cleros e igrejas de todas as ordens, nos setores da cidade reservados para os cultos.

Também não poderá ser motivo de desunião o fato de um indivíduo ser branco ou negro, homem ou mulher, pois o que tem valor num cidadão não é a cor de sua pele ou sexo, mas o Ser Interior, o Eu Real, que o Estado se propõe a destacar na melhor forma possível, dando a cada um todas as oportunidades e meios necessários.

O segundo princípio será:

ESTUDAR COMPARATIVAMENTE TODAS AS RELIGIÕES, CIÊNCIAS, ARTES E FILOSOFIAS.

A cultura desenvolver-se-á nas melhores condições, segundo a capacidade do cidadão. Não é suficiente saber ler e escrever pois isso passou a ser unicamente a coleira à qual se prende a corrente da propaganda nas democracias, que ensinam as bases da cultura, mas em seguida dão ao povo literatura e jornalismo egoisticamente dirigidos ou imorais, arruinando assim os povos.

Além de saber ler é preciso dar ao cidadão a faculdade de "saber" e "compreender" para que possa colaborar ativamente no trabalho de conjunto; e como homem, não como uma máquina manejada por estímulos automáticos.

A educação e a formação moral, física e psicológica devem ser as bases de trabalho do Governo. Um cidadão sadio, honesto, bem vestido, bem alimentado, com uma casa, bibliotecas, cultura e moral desenvolvidas e bem estáveis, é um valor inapreciável e uma fonte de força e felicidade para todos.

No Novo Estado não haverá analfabetos, nem mendigos, nem fanáticos, nem organizações delituosas. Todos serão assimilados às novas estruturas. E nos casos em que isso seja impossível, serão isolados em estabelecimentos para inadaptados, para serem tratados e melhorados. Os que usarem da violência não serão admitidos no Novo Estado.

O cidadão será educado ecleticamente, mas deverá especializar-se naquilo que é mais apto. Intelectualmente terá acesso a todos os campos, mas sua ação será dirigida e canalizada: os sacerdotes ocupar-se-ão somente das religiões, os advogados da justiça, os médicos dos hospitais e enfermarias, os militares das armas e da segurança do Estado, e assim todos.

O terceiro princípio será :

INVESTIGAR AS LEIS INEXPLORADAS DA NATUREZA E DESENVOLVER OS PODERES LATENTES DO HOMEM.

É aqui que o conceito do Novo Estado se transfere ao de uma Nova Civilização.

O que propomos é uma espécie de "renascimento". Do mesmo modo que o fenómeno cultural chamado "Renascença" apagou, em dois ou três séculos, uma grande parte da ignorância, do medo e da superstição acumulados durante a idade média, hoje, que já esgotamos esse impulso, devemos renová-lo com melhores meios técnicos, mais liberdade, ordem e alcance.

Quando as pessoas ouvem falar de "filosofia", "ordem moral", "respeito pelas opiniões religiosas", pensam que uma civilização com essas tônicas seria científica e tecnicamente imperfeita. Não obstante, asseguramos que a Filosofia, a Arte, a Religião e a investigação científica não são incompatíveis, mas complementares e necessários uns aos outros.

Ao falar das Leis Inexploradas da Natureza não nos referimos apenas ao desenvolvimento da investigação científica objetiva, mas também ao aprofundamento dos mistérios psicológicos e espirituais, dos quais a humanidade esteve rodeada desde os primórdios da História.

Por Poderes Latentes do Homem deve-se entender o atualizar e integrar em cada um as maiores potencialidades integrais, assim como penetrar profundamente no interior de Si Mesmo, sem tabus nem temores de qualquer espécie. O temor é uma defesa que a natureza experiencial, acumulada no Eu, deu a cada pessoa como uma outra matiz do instinto de conservação. Mas o homem desperto, consciente - o homem deste novo conceito civilizatório - aprenderá a substituir pouco a pouco os instintos animais pelo conhecimento das coisas, dos Mistérios e de si mesmo.

Que mundo maravilhoso se formaria se combinassemos harmoniosamente a filosofia grega, o misticismo hindu, a ordem e a coragem romanos, a magia egípcia, a piedade cristã e budista, o conhecimento científico e as técnicas atuais, tudo transpassado por um fortíssimo Espírito Idealístico-Humanista ! Isso não é uma utopia. Os que dizem que é impossível carecem de inteligência ou têm interesse em que persista a desordem, a perseguição, a ignorância, a violência, a corrupção, a exploração do homem pelo homem.

O Estado Filosófico é muito mais lógico e prático do que aquele em que hoje vivemos. O que acontece é que ele foi ocultado pelos seus eternos inimigos, como uma porta luminosa de salvação para o povo. A algum de vós parece surpreendente que isso tenha sido feito? Diesel não foi lançado ao mar por ter inventado um motor que consumia menos gasolina? Não foi Gandhi morto a tiros por ter desejado a unificação da Índia para além dos interesses dos brahamanes, mulçumanos e ingleses? Não morreram em todas as épocas da história milhares de excelentes precursores por terem pretendido melhorar e libertar o povo?

Assim, ao conseguirmos criar o Novo Estado em alguns países, esse será a semente poderosa de uma Nova Civilização. E assim será, pois trata-se de uma necessidade humana, um sonho ancestral da humanidade e o dever evolutivo com o qual todos os Mestres e Deuses anseiam por colaborar.

A experiência recolhida do que ouvimos chamar de "laboratório grego" indicam-nos que as democracias atuais, de direita ou de esquerda, avançam inevitavelmente para ditaduras, de direita e de esquerda, tenazes e dolorosas. A escolha que se oferece à humanidade é a de ser conscientemente impulsionada ou ser arrastada como um animal indomável. Os que impulsionam são os Filósofos. Mas se esses são ignorados e a oportunidade se perde, virão os falsos substitutos com as suas sequelas de ignorância e terror. ■

Se decidimos construir uma vivenda, construímo-la. Mas é evidente que nosso plano inicial ver-se-á modificado nos seus detalhes pelas características do material utilizado: enquanto este último não for escolhido, o projeto não terá mais do que esboços e grandes linhas.

Esta é uma boa aclaração que devemos ter em conta. Nem todos os povos do Mundo têm as mesmas características; e o autor destas linhas crê que todos os homens civilizados, se lhes é proposto, poderão quebrar as suas correntes, vencer os medos e proclamar essa nova ordem política.

Não se deve esquecer, também, que esta é uma revolução total, pelo que não se deve estranhar que muitos elementos de governo e de cultura, já viciados e carcomidos pelo tempo, não sejam citados: isso corresponderia a colocar um fruto podre num cesto novo. A experiência histórica de toda humanidade demonstra que as atitudes mornas nunca renovaram para além das experiências e que, no fim, tudo voltou mais ou menos ao que era antes: simplesmente o ator mudou de máscara. Não podemos deixar de evitar as repetições, os exemplos e as referências, pois queremos que fique bem claro que o que nós pretendemos é libertar o homem da ignorância e do medo, e não fazer simples literatura.

A FORMA IDEAL

Platão, de acordo com os pitagóricos, chamava à esfera "o corpo perfeito". Para além dos motivos mais esotéricos, apreciamos na esfera o fato de ser o corpo com o maior volume em relação à sua superfície; e é também o corpo em que todos os pontos de sua superfície estão à mesma distância do centro: nenhum se encontra mais próximo ou mais longe dele. Na esfera não encontramos nem base nem lados, sendo sempre "uniforme", qualquer que seja a região do espaço em que é observada. Além disso, diz que todos os en-

tes naturais tendem a tomar um aspecto mais ou menos esférico nos seus períodos evolutivos mais críticos: é uma lei que se reflete desde os astros até aos átomos.

Daí que a forma perfeita do Estado há de ser uma interpretação da esfera, na qual o Governo seria o centro e o povo a superfície. Inferimos que se tomarmos diversas partículas dos antípodas de uma esfera, as que estão mais próximas do centro também o estarão entre si. Do mesmo modo, os membros do Governo, quanto mais importantes forem seus cargos, mais deverão estar integrados, disciplinados e capacitados. E o melhor de todos será o Presidente, ou Imperador, ou Ditador, ou como se lhe queira chamar.

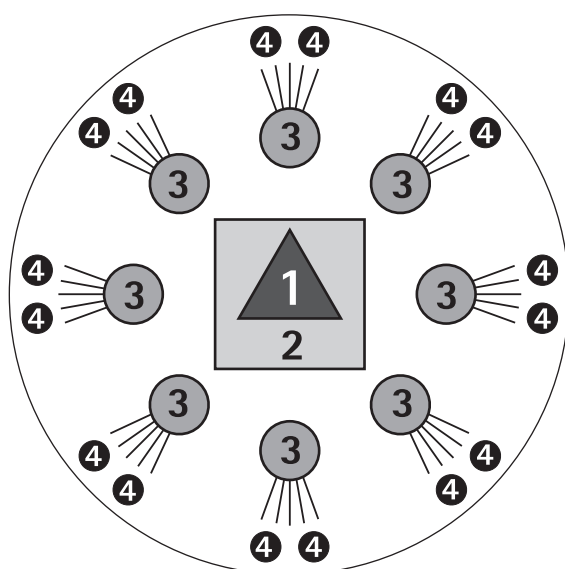
Assim como a esfera, nos seus movimentos sobre si mesma, transporta no espaço os seus pontos, excetuando o centro, que o faz sobre si próprio, o Governo Superior, formado pelo Presidente e seu Conselho, não se mutará nem cederá às pressões ou movimentos que lhe sejam alheios; não se aproximará nem se afastará nunca do povo e, imutavelmente, velará sobre ele e o manterá unido e harmônico.

O Conselho, ou Senado, será formado por um pequeno número de sábios, os melhores cérebros do país; e de cada conselheiro dependerá uma Secretaria de Estado. Esse Senado e seu Presidente formarão o Comando Central de Estado: eles constituem o aspecto organizativo da Academia de Filosofia Integral, coroa da Faculdade de Ciências Políticas de onde todos terão emanado. Mais exteriormente achar-se-á o Conselho de Ministros, ou Canais que serão os grandes especialistas nos seus ministérios respectivos, tais como: Interior, Relações Exteriores, Finanças, Indústria, Trabalho, Defesa e Segurança, Educação etc. Todos eles emanarão das Faculdades respectivas nas suas especialidades.

Cada Província reproduzirá, na sua escala, essa idêntica sistematização; e assim numa

escala descendente até o restante das funções públicas. De tal maneira que os poderes chamados atualmente Legislativo e Executivo estarão unidos ao Judiciário sob a forma do Conselho Supremo, ou Senado, e do seu Presidente, a cujo conjunto chamamos Comando Central de Estado.

Na figura seguinte pode-se ver uma representação gráfica desses conceitos:



- 1** Presidente ou Ditador
- 2** Conselheiros ou Senadores
- 3** Secretários de Estado
- 4** Ministros

As relações diretas serão: da Presidência com o Conselho Supremo; cada Conselheiro terá sob sua autoridade um certo número de Secretarias de Estado; e cada Secretaria de Estado estará em contato com um Ministério.

Esse sistema está compenetrado por duas correntes: uma aferente e outra eferente. Os funcionários mais externos que são embebidos das mínimas necessidades do povo, mesmo nos lugares mais afastados, passam suas informações ao centro pela via hierárquica até chegar ao Ministério respectivo; caso o problema já tenha sido previsto, executa-se a solução de forma automática; mas se o problema é novo passará à Secretaria de Estado correspondente que, com o complemento de informações necessárias, vai ao Comando Central de Estado, emanando daí a solução com o selo da Presidência para a Secretaria respectiva e, com todos os complementos necessários ao seu cumprimento, chegará a um Ministério de onde descerá até cobrir a necessidade que gerou toda a ação.

Como esse processo se realizará com base na inteligência e na decisão humanas, e deixando tudo o que é automático, exato e estatístico para as máquinas eletrônicas, será feito sem demoras, a baixo custo e com bem menor margem de erro tudo o que numa democracia levaria anos e de forma tremendamente onerosa, pois não alterariam os resultados nem as paixões públicas, nem as facções políticas, nem as férias de verão e de inverno, nem os trusts econômicos, nem os lobys de interesses, nem os agentes estrangeiros, nem os suspeitosos conchavos partidários, nem as intermináveis discussões parlamentares etc.

No caso do Novo Estado, os homens são experimentados e incorruptíveis pois não podem ter bens nem aspirar a eles; não devem lisonjear ninguém e devem ser uma autoridade inabalável que perderiam logo a liberdade, ou mesmo a vida, por um erro culposos. Os cérebros eletrônicos e outros aparelhos, que garantem o máximo de rapidez e segurança, fazem o resto.

Dever-se-á estabelecer uma Constituição elaborada por especialistas e aprovada pelo Co-

mando Central de Estado. Esse Diploma será o mais completo e extenso possível para evitar os desvios e as interpretações pessoais. Somente a Presidência e o Senado em conjunto poderão, e unanimemente, aprovar ou reformar essa Constituição. Nela é imprescindível que se contemple uma legislação judiciária precisa, que reprima na medida justa o delinquente e não o delito. Uma falta cometida por um homem do povo terá uma pena muito menor do que a mesma falta cometida por um membro do Senado ou do Comando Central.

Em caso de morte ou renúncia da Presidência, a Corte Suprema, ou Senado, tomará o poder sob a direção de seu primeiro integrante, até que daí emane um novo Presidente.

O sentido do esboço anterior, cujas poucas linhas estão tão levemente traçadas, não é unicamente o de inscrever regras e destacar necessidades, mas de integrar o conceito de Estado com todos os seus componentes.

Talvez que o maior defeito, a ausência mais imperdoável das formas políticas atuais,

seja o de carecer de finalidade, de definição histórica. Pretendemos para o Novo Estado não apenas uma finalidade, a mais alta e mais digna, mas ainda a capacidade de poder explicá-la e objetiva-la, a fim de que nenhum cidadão fique fora da Glória que lhe corresponde naturalmente como ser humano. Queremos dar ao homem grandeza, características e destino de Homem. Vamos erguer das cinzas dos séculos passados as colunas marmóreas da Razão, as arquitraves da Concórdia, os captéis das Idéias Primeiras, os divinos Brinquedos de Dionísio, enfim, os arquétipos que regem os Mistérios e que transformam um pobre ser entristecido, ferido, fracassado e velho, num Homem e, mais ainda, num Iniciado, quer dizer, digno da Deidade.

Assim, ao começarmos a nos referir de uma maneira especial ao Novo Estado e a algumas de suas características principais, iniciaremos pela sua própria finalidade e pelo papel do Governo. ■

As correntes de pensamento materialistas diminuíram a importância de tudo o que é espiritual e transcendente. Compreendemos que isso seja uma reação lógica, embora exagerada, face ao obscurantismo da Idade Média que, em algumas regiões do mundo, durou até quase aos nossos dias. Mas compreender a causa não impede que se procure controlar os efeitos. Sem dúvida que não basta se saber que num dique as águas aumentarão no começo de um violento degelo, urge fazer obras para se evitar a catástrofe.

O pensamento marxista (que define os fundamentos do progresso humano e toda origem de autoridade como exclusivamente econômicos) e o positivismo Comtiano imbricaram-se no nosso século com uma tal confusão que, mesmo princípios tão infantis e desconceituados como esses são considerados por milhões de pessoas como uma verdadeira mística.

Com tristeza e assombro avaliamos até que ponto de incerteza chegou a juventude para se deixar enganar por essas formas tirânicas, intranscendentes, sem futuro histórico real, que já deram e vão dar ainda mais fome e miséria aos povos nos próximos anos do que aquelas anteriores que desterraram. Por exemplo, falar de "ditadura do proletariado é um sarcasmo digno de Maquiavel; é tão válido isso quanto se num navio cartaginês se proclamasse o reino dos remadores.

É evidente que não há, no nosso século, nenhuma força espiritual capaz de lutar contra o materialismo triunfante, seja capitalista ou comunista. Mas do passado pode nos chegar um segredo, pequeno no início, como uma semente, mas capaz de crescer e de cobrir o mundo com sua sombra benéfica.

Os homens atuais caminham cabisbaixos, já não sabem amar nem lutar e até suas religiões são funerárias. Perante a morte choram como

crianças e perante a vida tremem como velhos. Nós cremos que os homens não se desorientam por gosto ou por simples baixa interior, mas que a culpa pertence aos governos que parecem ter vindo ao mundo mais para martirizar os povos que para ajudá-los.

Mas será que não pode haver bons governos? Bons realmente? E que se sucedam uns aos outros trazendo à existência segurança e estabilidade?

Que incentivo pode ter um cidadão que fabrique um artigo que não sabe se o próximo governo irá destruí-lo com uma política contrária ao atual? Que desejos de vender tem um comerciante se a inflação ou os impostos devoram os seus ganhos de tal modo que para poder sobreviver ele é obrigado a parecer aos olhos dos seus clientes como o mais desprezível dos usurários? Que sentido de valor e obediência pode ter um soldado ao qual é ordenado revolucionar-se contra o próprio presidente ou agredir cidadãos inocentes e indefesos? Que valorização do amor pode ter a mulher se as que vendem o delas por dinheiro não se diferenciam das outras e até mesmo lhes são outorgadas honras e assentos nas Câmaras? Que inocência vão guardar as crianças se os seus pais se envilecem junto aos seus berços?

Mas será tudo solucionar esses problemas e outros do mesmo gênero, embora fosse um passo importante? Seria a solução integral? Evidentemente que não. O nosso conceito de Política Integral não pode deter-se na solução isolada de problemas econômicos, ou sociais, ou organizativos: tem também que penetrar no psicológico, no espiritual, satisfazer até mesmo o coração do homem e dar-lhe um porquê de viver.

Mas para fazer tudo isso é necessário previamente planificar. Regularizando um traçado rodoviário errado, aumentando os salários e fazendo baixar o preço do pão, ainda que se-

jam medidas muito simpáticas para o povo, ao não serem sincronizadas nem coordenadas, travam-se a si mesmas e terminam provocando males maiores, por vezes imprevisíveis.

Geralmente o homem do povo guarda uma certa desconfiança em relação aos planos governamentais e ridiculariza-os, pois que o que ele quer são aumentos do nível de vida e nada mais. E de uma certa maneira o povo tem razão, porque ninguém lhe pintou um outro panorama além do econômico. Isso cria uma rebelião lógica daqueles a quem, em período de voto, se promete a prosperidade absoluta, quando se lhes paga menos fala-se-lhes de "sacrifício pela Pátria". E se ele protesta democraticamente, fecha-se-lhe a boca com o que se tem de maior à mão: ou um cacete ou até mesmo Deus. Mas o povo segue interrogando-se: "Para onde estamos indo? E Por quê?"

O Plano Integral do Novo Estado responde e, mais ainda, satisfaz e melhora o povo.

Suponhamos que temos um Estado e que com medidas acertadas baixamos o preço dos alimentos essenciais, oferecemos gratuitamente remédios, construímos caminhos etc. Notaremos que após a euforia inicial as pessoas não serão mais felizes e nem melhores do que antes. Continuarão a não se conhecerem a si mesmas nem os outros nem o Estado. Se proseguirmos aumentando o nível de vida e uma crise surgir, os cidadãos, tendo suas capacidades diminuídas por anos de "vida fácil", não poderão resistir: tudo desaba e será necessário recomençar tudo de novo, se houver meios.

Alguns dizem que o homem não obtém a felicidade com melhoramentos na sua capacidade de consumo, mas pela realização democrática e pelo sufrágio universal. Mas os cidadãos que, na Revolução Francesa iam cantando e desafiando as balas, agora vão às urnas constrangidos, arrastados pela propaganda e ameaçados com multas e repressão caso não

se apresentem. São felizes por isso? Não, de forma alguma. Se o aparelho de repressão não existisse a maioria ficaria em casa tranquilos e não votaria.

Infinitas são as opiniões; e as duas mandíbulas da tenaz "espaço-tempo" vão triturando as esperanças da humanidade. Mas isso é devido ao fato de que o Estado Moderno não é autêntico e sim uma construção artificial e instável, sem preocupação transcendente, edificado unicamente para "se escapar do beco".

COMO ALCANÇAR O BOM, O BELO E O JUSTO?

No Estado Ideal que nós sabemos ser possível, a nossa planificação criar-se-á numa estrutura unificadora de todas as atitudes humanas. Na atualidade, o homem de letras, o operário, o sacerdote, o artista, o militar, o filósofo, o cientista etc., estão separados uns dos outros e, por conseguinte, desprezam-se. Mas excluem-se por não terem consciência de fazerem parte, como aspectos, de uma unidade; não pensam a nível de Estado: quando muito alcançaram a pensar como grêmios. Mas se o Estado tem um sentido, se dirige-se para algo, tudo muda. O Estado deve reconhecer-se como uma parte da natureza e educar o cidadão no sentido de que todos somos partícipes do Universo e que formamos uma Grande Fraternidade.

Tal como os rios correm para o mar, também os Estados devem ir na direção uns dos outros e todos para a Fraternidade Universal. De tal modo existe um culto à Pátria pelo qual se chega a um culto à Concórdia Universal. O cidadão deve poder concorrer aos templos erigidos à Pátria como parte da Grande Pátria Universal. As virtudes devem ser enaltecidas e toda a educação deve ter a única tendência que leva, no pináculo, à Iniciação aos Mistérios da Vida. Todas as religiões, opiniões, partidos devem ser considerados como etapas para essa unificação final, que está representada no plano político, dentro do Novo Estado, pelo Governo

Aristocrático, guardião do sagrado, da memória da História, arquiteto da obra futura.

Isso não é tão difícil como parece à primeira vista, já que o homem, apesar de que quando nasce deve aprender tudo, tem em potência experiências prévias que rapidamente tomam forma conforme a educação que as plasma e desenvolve, de acordo com as naturezas particulares. E a atitude potencial mais viva é a filosofia, até porque para ser filósofo nem mesmo é preciso saber ler e escrever. Todo homem que se reconhece como tal e se sente em ligação com a natureza e em seguida se pergunta "por quê?", já está a filosofar.

A Filosofia é, então, uma atitude de vigília e de crescimento interior. E sempre que ajudamos a despertar essa atitude em todos os cidadãos estamos fazendo Política Filosófica. E a razão fundamental da existência do Estado é que ele pode despertar a consciência fraternal e unificadora dos povos. O Estado o faz através de seu Governo logo que esse adquire o direito de autoridade e de guia. A autoridade não emana da opinião, mas do julgamento, que é o reto colocar da consciência na natureza. De modo que a autoridade emana da natureza: o poder pertence àquele que sabe.

Essa finalidade filosófica do Estado, e a sua execução através do Governo, tampouco deve estar viciada por aquela falsa tolerância que é o atributo das democracias. Tolerar o mal é aliar-se a ele. A tolerância perante um erro é um outro erro da mesma natureza, embora possa ser de menor grau do que aquele que se pretende combater. O pensamento grego dá-nos um exemplo: se um homem diz que $2+2$ são 4 e outro diz 6, o democrata escolherá um meio termo e decretará que $2+2$ são 5. Afir-mar uma tal coisa é um erro tão grave quanto dizer que são 6. Quer dizer, ao procurar uma solução baseada na debilidade e na ignorância não se consegue eliminar o erro, mas pelo contrário, está-se a perpetuá-lo sob uma outra

aparência. Sócrates dizia que se todos os milhões de homens do mundo tivessem nascido cegos, não seria por isso que as árvores deixariam de ter folhas verdes e que havendo um único vidente conheceria mais acerca delas do que todos os cegos do mundo que opinassem o contrário.

O argumento mais comum que se esgrime contra um Estado como o da República de Platão é que o povo atualmente é adulto, que já sabe e pode governar-se a si próprio. É evidente que o povo, como massa, não podendo resolver os seus próprios problemas individuais e convivendo penosamente graças às ameaças contínuas do estado atual, encarnadas em polícias e funcionários, não está capacitado para se encarregar dos problemas de um estado moderno. E não estando, também não pode escolher quem esteja: os que nada sabem de relojoaria nunca poderão improvisar um bom relojoeiro.

Outro exemplo que costuma servir habitualmente aos cultores da democracia é o que diz que se individualmente nenhum homem pode erguer uma rocha que pesa várias toneladas, um grupo de homens pode fazê-lo, se escolherem um chefe que dirija os seus esforços. Não negamos que possam erguer a pedra, mas que eles possam escolher um chefe que saiba como é que a pedra deve ser puxada. Se esse tal capataz for um servidor de interesses estrangeiros ou um charlatão, o povo, paciente, não perceberá que ele moveu a pedra para um outro lado e se dará conta somente quando a pedra lhe tiver caído em cima, esmagando-o. E num regime democrático, que problema haveria com isso? Nenhum: os dirigentes não têm uma responsabilidade verdadeira sobre o que acontece. Perante um desastre, o Executivo diz cumprir as leis, o Legislativo atribui a culpa ao Judicial, que culpa os sindicatos, os sindicatos às igrejas, as igrejas aos partidos políticos, os partidos aos militares, os militares aos terroristas, os terroristas ao governo, o governo aos inimigos estrangeiros e, ao cabo de

.....

tantas inculpações, de comissões de investigação solicitadas, de denúncias escandalosas na imprensa, o tempo foi passando, os dirigentes acabaram os seus mandatos e regressaram às suas mansões com os bolsos cheios de milhões e uma gorda aposentadoria, enquanto as viúvas ficam chorando seus mortos sem que ninguém lhes dê satisfações.

A sucessão rápida de homens nas funções dirigentes das democracias não é devida, como quer fazer crer a propaganda, às virtudes republicanas, mas à ambição de um grande número dessas pessoas por esses postos, e a um pacto tácito entre todas elas para dividirem entre si os tesouros públicos laboriosamente obtidos, dia a dia, pelo suor do povo. Tirai os privilégios, os altos salários, o pré conhecimentos de licitações, as licenças especiais, as infundáveis regalias e mordomias e não vereis muitos desses "patriotas que amam o povo" ficarem nos seus postos públicos. Eles não estão lá para servirem o povo, mas para se servirem dele. As raríssimas excessões se tornam imediatamente vítimas de suas próprias virtudes perante uma sociedade que não perdoa nem aos valentes nem aos honestos.

No Novo Estado, o perigo de desastres previsíveis estaria conjurado pois governaria um grupo técnico e especializado que não necessita representar comédias para ter o poder necessário; e que não obtém nenhum benefício pessoal por governar pois não ganha nada com isso; e ainda, ao deixar esses postos, estariam

condenados por toda a vida a não ter bens materiais, visto que seria impróprio entregarem-se a uma vida de moleza e luxúria após terem encarnado um dia a própria Pátria e os mais altos Ideais da Humanidade, não podendo, assim, o povo vir a duvidar desses governantes.

O ato de governar é como o sacerdotal: está investido de imponderáveis. No Novo Estado, os Mistérios do Poder estarão ao alcance de qualquer cidadão, apesar da sua extrema e, hoje, inconcebível grandeza. O "Princípios" que extraímos para o Estado impedem-no de fazer toda espécie de diferenças prévias ou de ter preconceitos. Quem quer que seja, homem ou mulher, de qualquer raça, religião ou condição social, poderá atingir o comando supremo, se estiver capacitado para isso e se demonstrá-lo ao escalar os degraus que conduzem ao Poder.

Como a Presidência não é hereditária, mas eleita entre os membros do Senado, qualquer pessoa pode chegar à Presidência por seus próprios meios e valores, sem lutas nem representações públicas para ganhar votos. Aquele que então lá chegar não será nem o mais rico, nem o mais charlatão, nem o mais "esperto", porém o melhor, o mais sábio e o mais bondoso.

Agora iremos ver como é que será a Educação no Novo Estado. Pois a permanência, a validade e a sucessão no Governo fazem-se na base de uma educação especial e profunda das virtudes do cidadão. ■

O problema da educação, que era encarado de uma maneira tão lírica no século XIX, pois tocava somente um setor mais abastado da burguesia, é hoje sobrecarregado de matizes ao ter que depender a solução integral de fatores políticos, religiosos, psicológicos e, sobretudo, econômicos.

A aspiração ideal de enviar todas as crianças à escola e, aqueles que assim o desejam, aos colégios e universidades, é atualmente inaplicável na medida em que a maior parte dos estados não contam com os meios suficientes nem logram plasmar na mentalidade dos governantes o papel fundamental da educação. Essa falta de interesse explica-se, em parte, pela imprecisão dos planos de estudo integrais e pela inexistência de critérios bem definidos sobre o que é a Ciência da Educação.

O avanço da técnica e das ciências positivistas, bem como o estancamento e desconcerto das ciências humanas, ameaça a solidez do conjunto quanto à cultura humana, ou seja, os conhecimentos transmissíveis. O exercício e a prática substituem a pedagogia propriamente dita; e os eternos ideais transcendentais, poderosos, são repelidos pois são considerados antiquados e ineficazes para o mundo moderno.

Mas, por outro lado, a humanidade quase carente de investigadores e de homens que cultivem legitimamente a filosofia e a literatura, a história, a gramática e as belas-artes, hesita nas suas convicções morais no sentido da sua própria existência; e esbarra contra os problemas crescentes de descontrole psicológico, aparentemente insolúveis.

É que, sendo a educação uma ciência, os seus conceitos variaram muitíssimo ao longo dos séculos; e cada geração praticamente deve voltar a prever novamente os seus detalhes, adaptando-a a todo desenvolvimento da cultura humana. Mas entendendo por ciência não a simples acumulação de experiências e sim a

sua correta interpretação e fixação em conceitos de acordo com as leis naturais, cremos que as rápidas inovações superficiais não mudariam as estruturas fundamentais se essas fossem legítimas.

Não poucas vezes os fatos são ensinados de maneira distorcida por razões políticas e ainda se deforma a geografia e se inverte a História por interesses nacionalistas.

Na nossa opinião, os planos educacionais não são apenas incompletos, mas também inválidos e deturpantes. Na educação de nossos jovens ensina-se matérias especializadas e desvinculadas entre si: pouco importa a um professor que lança seu programa de estudos com aquilo que faz o seu colega de uma outra disciplina. No oriente existe um velho aforismo: "Se distinguirmos uma flecha que atravessa o ar, mas não conseguirmos conhecer nem o alvo nem o arqueiro, significa que não sabemos nada acerca dessa flecha". Do mesmo modo, quando dizemos "geografia", "anatomia", "música", "matemática" etc., e vemos essas disciplinas isoladas no meio dos programas educacionais, desvinculadas da psicologia do aluno e sem objetivo determinado, as suas contribuições são obscuras e as longas enumerações de datas memorizadas para os exames logo se esfumam, carentes de perspectiva social.

Teoricamente, o aluno que termina hoje os seus estudos primários com sucesso deveria saber uma enormidade de coisas, mas na prática, ao cabo de alguns anos, ele apenas sabe ler, escrever e fazer as operações aritméticas básicas. Quanto às regras de trabalho, não levam em conta as capacidades reais do indivíduo nem se preocupam com a sua reatualização cultural, mas limitam-se a rendimentos, férias e salários. Politicamente tampouco se valoriza a cultura ou a virtude pois o voto de um analfabeto ébrio tem tanto valor quanto o de um universitário cheio de virtudes privadas e cidadinas.

Mas voltemos novamente ao primeiro problema: é a educação uma simples acumulação de dados? O que é a cultura? Se é melhor como homem e como cidadão por ter-se seguido estudos superiores?

Às diferentes gerações foram transmitidas as suas experiências, as suas crenças, os seus anseios e princípios através de registros orais, escritos, simbólicos e eletrônicos. A soma do acumulado nesses registros é a Cultura; e a concretização dos mesmos, através de aparelhos políticos em fatos objetivos, é a Civilização.

Todo homem, por causas que não dependem de uma análise política mas filosófica, nasce com determinadas potencialidades e qualidades latentes: do mesmo modo que ele aparece no mundo como uma micro-síntese de toda a pirâmide biológica objetiva terrestre, também traz espiritual e mentalmente um resumo de todos os logros do gênero humano e está pronto a florescer. Mas tal como as rosas e os espinhos, ou os míticos figos e a áspide, às potências físicas do homem vêm adoçadas certas deficiências; e às suas possibilidades metafísicas se anexam os obscuros desígnios de paixões animais, de perversidade e violência. Toda criança que nasce é uma tábua rasa, mas sobre a qual se podem inscrever apenas umas poucas palavras e onde há caracteres que se apagam, enquanto outros que, criados por leis insondáveis, combinam-se e formam frases estranhas, por vezes ilegíveis, por vezes infaustas.

A realidade está espantando com socos violentos as frágeis libélulas das teorias simplistas do início deste século que queriam dar como única esquadria no desenvolvimento da criança a sua educação teórica. O arco e a flecha são da mesma qualidade, mas não existem dois arqueiros idênticos e os alvos são indefinidos.

O estudo e a compreensão das atividades do homem - que em resumo são unicamente fi-

losofia, ciência, arte e religião -, não podem separar-se do próprio homem. Os clássicos do oriente e do ocidente permitem-nos conhecer o homem pois os seus mistérios foram captados e explicados durante uma infinidade de milênios; e toda a filosofia pós cartesiana com a psicologia moderna são apenas fibras passageiras tremendo junto a esses imperturbáveis bosques do Conhecimento: eles fornecem toda a madeira necessária para talhar todas as épocas clássicas e todos os seus renascimentos.

Quando os europeus estavam na idade da pedra e corriam para todos os lugares onde caíam as faíscas a fim de obter o fogo, os velhos Centros Iniciáticos orientais e africanos eram o refúgio de elites altamente evoluídas. E quando as formas atuais de civilização perecerem, em consequência da lei dos ciclos da qual os novos homens não terão nenhuma lembrança, a Sabedoria Atemporal continuará a iluminar as ruínas da História. Periodicamente, através da cicuta de um Sócrates, da crucificação de um Jesus, da renúncia de um Buda, o homem comum pode ver e verá sempre cair os relâmpagos dessa "Luz" e, como os primitivos europeus, se estiverem despertos quando isso ocorrer, correrão a recolher o fogo.

A Sabedoria, como Prometeu, roubou o fogo da Inteligência Divina e sacrificou-se em favor da sofrida humanidade. E, se com os princípios da Sabedoria consideramos a etapa humana intermediária entre o animal e o Deus, a educação será fundamentalmente não apenas cultural em si, mas a utilização da cultura para acelerar a evolução humana e efetuar a sua transmutação desde o chumbo da animalidade até o ouro da libertação interior e, consequentemente, exterior. Por isso, educar não é forçar as naturezas, mas libertá-las do jugo da animalidade e das estreitezas físicas e psíquicas que as aprisionam e são as causas de todo sofrimento humano.

OS ASPECTOS DA EDUCAÇÃO NO NOVO ESTADO

A EDUCAÇÃO NO NOVO ESTADO TERÁ DOIS ASPECTOS ESSENCIAIS:

PRIMEIRO: Receber essa Idéia que é o Homem e ajudá-lo na sua passagem pela vida com uma adaptação gradual aos marcos biológicos e em seguida prepará-lo para deixar este mundo sem ignorância nem temor;

SEGUNDO: Subordinar as suas subestruturas pessoais à Vontade e à Inteligência, de maneira a despertar o seu Eu Interior (Ego Espiritual) e a convertê-lo num cidadão consciente, feliz e útil.

Reconhecendo uma vez mais as adaptações necessárias que a revolução dos tempos e das modalidades podem ditar, daremos um esboço de um plano geral educativo.

Entendendo o Estado que propomos como fundamentado, dirigido e ainda justificado pela Educação Integral, o Governo não deve poupar meios nem sacrifícios para estabelecê-lo solidamente. Do mesmo modo que uma criança se queixa ao tomar um medicamento amargo mas benéfico, não podemos esperar do povo atual, infantilizado pelas monarquias hereditárias e pelas democracias, outra coisa senão queixas e protestos face a uma planificação desta natureza. Mas os homens que governarão o Novo Estado não o farão para receber louvores ou presentes, e sim por amor ao povo. E é com esse amor que, da maneira mais suave possível, eles o levarão a beber este medicamento que salva da ignorância, da miséria e do medo.

AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO NO NOVO ESTADO

PRÉ-NATAL

No Novo Estado poderá haver pais ilegítimos mas nunca crianças ilegítimas. Todas as crianças, a partir do momento de sua concepção, contarão com a inteligente proteção do Estado.

Todas as mães estarão livres de preocupações durante a gravidez pois disporão de instituições especializadas mantidas pelo Estado. Nessas casas tomar-se-á muito em consideração o ambiente psicológico, a fim de preparar o advento do novo cidadão ou cidadã.

PRIMEIRA INFÂNCIA

Até os 4 anos, a infância far-se-á na casa paterna com os conselhos e controles de especialistas, médicos e pedagogos. E somente nos casos em que os pais sejam dotados de uma cultura suficiente e possuam uma real compreensão afetiva, com a paz indispensável ao desenvolvimento da criança, ela será deixada inteiramente sob sua orientação. Descarta-se a solvência econômica, dado que no Novo Estado todos os cidadãos terão um nível de vida digno e estarão privados em absoluto da miséria.

Dos 5 aos 7 anos, as crianças estarão nos jardins-escola, onde pessoas especializadas e preparadas, em colaboração com as próprias mães, dar-lhes-ão um ensinamento primário dos segredos da natureza, baseado em jogos coletivos e individuais e excursões, cultivando suas sensibilidades nascentes através das belas-arts e da contemplação dinâmica da natureza durante os jogos. Ser-lhes-ão também ensinados os primeiros conceitos religiosos baseados na espiritualidade dos entes naturais, no amor às plantas, aos animais, às montanhas, aos mares, aos astros e a todos os seres humanos, dentro e fora da instituição educacional e do Estado.

A criança deverá estar sempre rodeada de beleza e amor; nenhuma crise dos adultos poderá chegar aos seus ouvidos e viverá isolada do resto da comunidade, com excessão dos seus familiares, das visitas e viagens programadas.

O conto será o grande instrumento de educação e a imaginação criativa será ornada de belezas desconhecidas nos nossos dias. Os petizes aprenderão a ouvir os murmúrios dos pinheiros e das cascatas, a ver os amanheceres e as ladeiras rosadas das montanhas, a andar, correr e rir sem complexos nem aberrações.

A vida e a morte ser-lhes-ão mostrados como duas regras do grande jogo da vida e neles nascerá naturalmente o instinto da própria imortalidade.

SEGUNDA INFÂNCIA

Dos 7 aos 11 anos habitarão em estabelecimentos mais austeros, onde os museus e as bibliotecas substituirão, em parte, os jardins e os lagos. Essa etapa corresponderá à escola primária em que eles aprenderão os conhecimentos de base matizados por viagens e excursões. A ginástica e o desenvolvimento físico começarão, pouco a pouco, a tomar maior importância; e o trabalho aparecerá pela primeira vez com sua função pedagógica. As diferentes religiões, antigas e modernas, serão ensinadas basicamente à maneira de aspectos do misticismo humano; e a História desenvolver-se-á a seus olhos com base nos seus heróis.

A educação integral, nessa etapa, dedicar-se-á, no último ano, à afirmação do papel sexual e a preparar as crianças para a separação estrita em que se desenvolverá a já próxima adolescência.

PRÉ-ADOLESCÊNCIA

Se a primeira etapa educacional pode ser chamada "idade do conto" e a segunda "idade da aprendizagem", a terceira, que vai dos 12 aos 14 anos, chamar-se-á "idade da aventura".

Separados, os rapazes e as meninas, terão exclusivamente amos e amas. O antigo e muito eficaz sistema das fraternidades masculinas e femininas será recriado com as adaptações necessárias.

A música, a pintura, a escultura, a arqueologia, a química, a ginástica e, enfim, todas as atividades que possam objetivar-se numa ação contínua e viva canalizarão suas energias. Sairão de seus "claustros" e, como na primeira etapa, irão através das florestas e dos bosques. Mas agora as ciências, as artes e as emoções místicas terão substituído os contos e os jogos nos jardins fechados. Pro-

fessores especializados prepararão as fraternidades masculinas e femininas para a sua futura integração na sociedade. Fortificarão os seus corpos e temperarão os seus espíritos através de duras provas e desafios. Os valores morais serão realçados e a capacidade de vivê-los será assinalada como condição imprescindível para ser considerado cidadão. A disciplina será rígida e os professores deverão ser exemplos vivos para os alunos.

ADOLESCÊNCIA

Aos 14 anos, os adolescentes que tenham as capacidades necessárias serão declarados aptos e proclamados em público. Os outros receberão uma instrução complementar adaptada às suas características psicossomáticas particulares e às suas futuras ocupações em trabalhos diversos, segundo o conselho dos psicólogos e os desejos dos interessados; isso se ele não estiver apto a seguir estudos especializados.

A partir dos 14 anos os jovens poderão possuir propriedade privada dentro das normas pertinentes. Aclaramos que a propriedade é de uso e não herdada, pois no Novo Estado não poderá haver expansão capitalista, ninguém viverá de rendas particulares e nem terá necessidade disso.

Dos 14 aos 18 anos, os jovens dos dois sexos, segundo as suas afinidades, vocações ou capacidades, serão educados em colégios secundários onde terão uma base eclética de cultura geral que se encadeará eficazmente com as etapas precedentes e que definirá cada vez mais as vocações e aptidões.

Até os 18 anos o futuro cidadão ou cidadã será integralmente mantido pelo Estado: alojamento, viagens, alimentação, vestuário, medicamentos, instrução, tudo lhe será dado com uma largueza que noutros estados somente é conhecida por poucos.

JUVENTUDE

Aos 19 anos, já feitos, o jovem é alistado e vive debaixo de uma disciplina militar, rígida

por leis militares. E após alguns meses de prática de guerra será integrado no que poderíamos chamar de "Exército de Paz".

Aparte dos estudos universitários ou técnicos que estarão a desenvolver aqueles que anteriormente se destacaram nas suas classificações respectivas, todos trabalharão para o Estado até os 26 anos em diversas funções, como: policiais, agrárias, industriais, assistenciais, burocráticas, sociais etc. Nesse período, homens e mulheres serão trasladados e colocados segundo as necessidades das comunidades. Os casais trabalharão juntos e suas crianças, se as têm, serão mantidas em infantários. Ninguém deve ser excluído do impetuoso esforço e cada um, segundo sua capacidade, esforçar-se-á sã e alegremente em benefício de todos.

MATURIDADE

Aos 26 anos, tendo cumprido seu dever no "Exército de Paz", será proclamado publicamente cidadão ou cidadã. Com um ofício e estudos já terminados, casados e solteiros consagrarse-ão às suas respectivas ocupações, seja nos campos ou nas cidades, em navios ou embarcações etc. Em harmonia com as suas naturezas individuais, uns irão para a lavoura, outros para as fábricas, ou para as universidades, para as Artes, Ciências, Religiões, ou ainda para as Forças Armadas que, salvo um reduzido corpo científico técnico, terão funções policiais e de segurança interna.

Para a psicologia das atuais formas de governo é difícil conceber-se nesta "Sociedade Colméia" o Eu-Estado. Mas este não destruirá o Eu-Indivíduo, pelo contrário, ajuda-lo-á a realizar-se inteiramente. Maiores facilidades serão dadas para os alojamentos, alimentação, transportes e instrução.

No Novo Estado não existirão nem mendigos, nem preguiçosos; e os delinquentes serão punidos e reeducados para, em seguida, voltarem ao seio da sociedade, nos casos recuperáveis, e serem convertidos de novo em elementos úteis.

Os mais capacitados subirão pouco a pouco até os postos de governo. Eles terão a condição mais sóbria e sacrificada pois os cargos não serão vantagens, mas antes duros sacrifícios.

Os doentes e mutilados serão mantidos pelo Estado, assim como as crianças, e todos receberão regularmente uma instrução e formação filosófica.

Os meios de difusão estarão a serviço deste processo de educação integral, e não haverá iniciativas particulares ou coletivas que não sejam apoiadas pelo Estado, contanto que sejam construtivas. Os desportos e entretenimentos populares dependerão, igualmente, do Ministério de Educação Integral.

A VELHICE

Quando os cidadãos atingirem 60 anos serão acolhidos em instituições especiais onde serão instruídos em Filosofia, Metafísica e Teosofia. Os que estiverem aptos para isso serão integrados nas Casas da Vida, que funcionarão juntamente à Universidade Suprema ou Casa do Poder.

Sendo exemplos, conselheiros e amigos das crianças e dos adolescentes, no Novo Estado os anciãos não sofrerão incertezas nem desprezos, mas, pelo contrário, levarão uma vida ativa e serão iniciados naqueles conhecimentos que lhes permitem passar da vida à morte com a alegria forte e real que emana da libertação do Ego de seu cárcere de matéria desgastada.

Diziam os antigos filósofos que o conhecimento é Luz e que a luz vence as trevas. Assim, as obscuridades do subconsciente animal serão transmutadas na claridade da consciência em todos os cidadãos. Ninguém será explorado porque ninguém será ignorante. E mesmo os doentes e loucos serão tratados com tanta eficácia e amor que serão invejados pelos homens sãos e normais dos estados atualmente conhecidos, enfim, por aqueles que não se atrevem a conhecer-se a si mesmos e a viver à luz de uma Nova Ordem Política realmente humanista, idealista e com sentido transcendente. ■

"O Direito não está constituído pela opinião, mas pela Natureza."

Cícero

Um dos problemas mais antigos da ciência política e organizações em geral é o da Justiça. A definição clássica de Justiça é "dar a cada componente da sociedade o que lhe é próprio, em conformidade com os seus atos e a sua natureza". Mas o complexo humano é demasiado profundo para ser vislumbrado facilmente; e embora os elementos básicos sejam invariáveis, os pontos de vista são tantos que se torna difícil ver com clareza.

A tipologia e as diversas classificações de modalidades não são tão interessantes como a ordem geral e a própria idéia de Justiça. Essa idéia pode ser aceita como concretizada na definição dada anteriormente, mas vejamos como aplicá-la no Indivíduo e no Estado.

Desde já afastamos o princípio tão mal compreendido da igualdade pois, como dizia Aristóteles, "A Justiça só pode ser igual entre iguais" ; aplicar igualdades entre desiguais é faltar ao espírito e à forma mais elementar da Justiça. Afora este preconceito, e tendo sempre presente que a Política é mais uma ciência que uma arte, sublinhamos que para se chegar a obter uma Justiça Social é imprescindível primeiro estabelecer uma justiça no interior do próprio homem.

No nosso primeiro capítulo "Os Fundamentos" afirmamos que a unidade do indivíduo humano estava unicamente no plano experimental deste, mas que descendo um grau encontram-se subestruturas físicas, vitais, emocionais e mentais. A primeira justiça será, então, aquela que está estabelecida no interior do indivíduo humano. E para poder arbitrá-la, a consciência, ou Eu, deve conhecer os atores e as suas relações. Haverão, portanto, normas físicas, vitais, emocionais e mentais; e o principal cuidado

será o de não julgar uns com as leis de outros. Deste modo, o que se insere na chamada dimensão objetiva estará regido pelas leis próprias à sua natureza, como sejam o peso, o comprimento, a largura, a altura; mas tais elementos serão inválidos para medir o psicológico e o mental.

No entanto, mais além dessas pérolas que formam um colar, existe um fio que as une, as engloba e as justifica. Há elementos que não são comuns nas suas expressões, mas nos quais encontramos um substrato comum. Não se poderia, por exemplo, "pesar" uma idéia como se pesa uma mão ou um pulmão; mas o tempo, considerado nas suas modificações de aplicação, engloba o órgão físico e o mental. E quando se fala, neste caso, de idéia, referimo-nos a uma Idéia-Forma, figurativa como seja uma recordação ou uma imaginação. É evidente que existem idéias para-formais, ideais, arquétipos, que escapam completamente a limites tão concretos. A nossa recordação de um belo objeto pode se deformar com o tempo, mas a Idéia do Belo, da qual esse objeto não é senão um reflexo encadeado, transcende as condições objetivas e é imponderável: ela é uma em todas as coisas ao mesmo tempo e não pode ser captada por elas.

Assim, as leis físicas, vitais, emocionais e mentais geram primeiras, segundas, terceiras e quartas justíças. Não podemos cair no erro de prescindir dessa visão ordenadora: o indivíduo revolta-se contra si mesmo e fracassa ao pretender reger suas emoções com os cânones da razão, ou vice-versa.

Mas se em cada "corpo" do homem imperam uma lei e uma justiça naturais, qual será a que vai harmonizá-las todas? E como impedir uma anarquia destruidora, a desintegração dos elementos dissemelhantes?

A justiça é o primeiro atributo de toda e qualquer natureza ou existência e constitui o seu

Ser. Esse Ser, como objeto de conhecimento, é já uma relação e converte-se em justiça sensível. Do mesmo modo que o fio de um colar para unir deve passar através de cada pérola e dar-lhes uma finalidade comum que as coordena, assim agirão as diversas formas de justiça.

Se com Platão chamamos o Justo ao Ser-Justiça, compreendemos a sua transcendência e descobrimos um espírito de Justiça que é a causa primeira de todas as justiças relativas.

No homem, para além do seu corpo, vida, emoção e razão, existe um Eu espectador e ordenador de atos no qual reside o Ser-Justiça e ao qual se devem submeter as relações harmônicas dos seus próprios reflexos nas quatro possibilidades assinaladas. A Justiça individual será, então, uma coexistência de suas quatro subestruturas, segundo as suas próprias naturezas particulares, mas finalizadas num "Eu" que as justifica e que é o Ser-Justiça das mesmas.

E O QUE É QUE SERÁ ENTÃO A JUSTIÇA POLÍTICA?

Se uma coisa é legítima e certa, ela participa de maneira suficiente do seu próprio Ser e, se o faz, é essencialmente invariável e não pode deixar de ser no presente esquema do Universo.

Deste modo, o Ser-Justiça, que reside no Eu do indivíduo, a nível político residirá no Governo da comunidade e, então, esta será um Estado.

É o Governo quem, através dos seus organismos especializados, estabelece, aplica e executa a justiça. Assim como o mesmo sangue anima e banha todo o organismo físico humano - mas os sistemas circulatórios complexos adaptam as suas quantidades e características a cada parte -, um mesmo espírito de justiça deve atravessar todo o Estado, mas adaptar-

se às diversas subestruturas e tipologias de indivíduos e mesmo a cada um deles.

Por outro lado, para o conceito de delito, os fatos devem ser considerados em relação estreita com o atuante. Quanto mais capaz e qualificado ele for, mais estrita será a pena, aplicada não como uma vingança ou castigo, mas para segurança de todos e para a reabilitação moral e psicológica do culpado. Acontecendo que esta decisão moral e esta reabilitação só podem ser determinadas pela vontade do "Eu" no indivíduo, quanto mais desperto estiver esse Eu intelectual, mais responsável será pelos seus atos e com mais força terá que ser reprimido. A coisa é diferente quando o delito foi cometido por uma pessoa inculta cujo Ego está quase inteiramente adormecido: bastaria submetê-la fisicamente, protegê-la e guiá-la para que ela pudesse recomeçar a sua vida sem perigo evidente.

Para esta concepção da Justiça, ao mesmo tempo arcaica e muito nova, as intenções e as motivações importam mais do que os atos em si. Julgando a intenção, se por exemplo um homem mata outro com um tiro de revólver e um segundo homem tenta a mesma coisa mas erra o tiro, ambos, se estão nas mesmas condições e categorias, terão a mesma pena; pois perdoar ou reconhecer uma menor parte de responsabilidade ao segundo seria medir a sua pontaria e não a sua inadaptação social.

Mas, em qualquer caso, antes de julgar um indivíduo ou um grupo deles, julgar-se-á se aquela parte do mecanismo do governo que os regia o fazia corretamente. Se o inquérito mostra o contrário, eles partilharão a pena e esta será muito mais dura para os maus funcionários que, indiretamente, o impeliram ao crime. E se a pessoa, conforme o critério dos juizes, tivesse atuado, por ignorância ou debilidade moral, da única maneira logicamente possível face ao desgoverno dos maus funcionários, ela será declarada inocente, pois so-

mente os verdadeiros culpados é que devem ser punidos.

Mas como o Estado que propomos forma um todo encadeado onde ninguém pode iludir as suas responsabilidades, poderia apresentar-se o interessante caso do pequeno funcionário culpado de mau procedimento que tenha atuado assim por ordens superiores falseadas e assim sucessivamente. Por isso, na possibilidade de que o próprio Chefe de Estado fosse culpado, a sua autoridade deve ser confirmada anualmente pelas autoridades supremas da Universidade Integral, na presença do Senado. Nenhum destes atos será público nem objeto de nenhuma propaganda, o povo será simplesmente informado. Ao ser substituído um Chefe de Estado, não haverá nenhuma comunicação especial pois o mandato continua e pouco interessa a personalidade que o encarna contanto que seja digna. Neste tipo de Estado não pode ser de outra maneira, senão a estrutura inteira ruiria.

É indispensável insistirmos sobre o fato de que o rol de cada subestrutura será o que estiver de acordo com a sua natureza, e a responsabilidade profissional não pertencerá unicamente aos médicos, advogados, engenheiros, mas a toda a população.

Se a Justiça é dar a cada um o que lhe é próprio, não devemos dar ao homem outra justiça que não seja humana, quer dizer, aquela que pela sua natureza lhe corresponde. Assim, não podemos tratar o Homem como uma máquina, negando-lhe a capacidade de se auto aperfeiçoar; nem tampouco tratá-lo como um Deus, pensando que tudo pode fazer só e espontaneamente.

Os juizes do Novo Estado não deverão esquecer que eles julgam homens, seus irmãos, e que estes mesmos juizes serão julgados de uma maneira mais rígida caso se equivoquem culposamente. Por isso os juizes não serão apenas hábeis juristas, mas também modelos de virtude e exemplo de sobriedade: é preciso saber nadar para poder salvar quem se arrisca de afogar-se. A Universidade e o Estado devem exigir dos juizes uma longa prática dos valores morais e que, estando despojados de todos os bens sumptuários, não se afeiçoem a eles nem queiram mais que o imprescindível.

Tendo dominado as suas paixões e vivendo de uma maneira praticamente ascética e recolhida, a condição de juiz no Novo Estado será das mais importantes e merecerá o respeito e a alta consideração até mesmo dos Chefes de Estado. Assim, o Ser Justiça do Estado dará lar, escola, trabalho e alegria a todos os cidadãos. ■

Talvez que a nossa insistência sobre o tema da virtude moral chame a atenção do leitor, dado que os atuais tratados insistem antes sobre os temas econômicos e sociais de maneira direta. Mas a experiência dos últimos cem anos, para não dizermos de toda a história, assinalam-nos que por boas e sólidas que sejam as estruturas políticas teóricas, elas podem apenas ser bem aplicadas com homens capazes que saibam encarná-las. De que vale a república mas bem pensada, o Estado mais bem projetado, se cair nas mãos de um ou de vários corruptos e incapazes? De que crimes não temos que nos horrorizar por tal causa? De que soma espantosa de dor não somos todos responsáveis por termos deixado explorar o povo, entre as garras de improvisados tiranos de direita e de esquerda? É a soma destas experiências nefastas que tornou o povo desconfiado perante aqueles que cantam as virtudes; e por isso mostram-se reticentes a empregar-se a fundo num trabalho no qual ele nunca saberá se irá ver os resultados, pois a burocracia, o anonimato e a irresponsabilidade "republicanos" são abismos sem fundo que absorvem as suas jornadas de trabalho, uma após outra, uma após outra, uma após outra...

Quando os sociólogos e os políticos querem dar um exemplo de trabalho escravizante, eles recordam-nos os milhares de homens que no Antigo Egito construíram as enormes Pirâmides. Mas mesmo que todas essas lendas - evidentes exagerações da realidade - fossem verdadeiras, esses trabalhadores tinham algo que está negado aos modernos: ver o fruto de seus esforços. E esse fruto era dedicado a um Ideal religioso comum, pois hoje sabemos que as grandes pirâmides não foram unicamente túmulos, mas Casas de Iniciação nos mistérios parapsicológicos. O que não era como agora, quando as megalomaniacas edificações são dedicadas ao enriquecimento daqueles que menos fazem. O fruto do trabalho dos operários egípcios foi admirado por centenas de gerações. E quem verá o fruto dos operários

atuais, dilapidados em armas e diversões nas mãos de uns poucos?

Nos atuais estados, o trabalho converteu-se num meio de sujeição e exploração das massas, que são mantidas na ignorância por forças econômicas orientadas. Para que o operário trabalhe, fala-se-lhe de pátria e de estado, mas no momento de receber seu salário esses ideais convertem-se numa administração crua em que os administradores só não são assinalados como ladrões unicamente porque roubam demasiado. Se um trabalhador desempregado e faminto rouba um pão vai diretamente para a prisão, mas se um governante deixa seu cargo com vários milhões de dólares a mais do que quando o tomou, faz-se-lhe um julgamento romântico "por contumácia", ou apenas uma crítica política.

Como inculpar então as massas quando elas explodem em violências? Como não lamentá-las quando as oprimem como se fossem manadas de animais selvagens? E os que não respeitaram as suas vidas laboriosas também não respeitarão as suas mortes. Mas a astuciosa propaganda - látego nas mãos dos negreiros modernos - inverte o sentido real das coisas até chegar a fazer crer que o povo ergueu-se não por própria necessidade, mas empurrado por inimigos ocultos, sempre imaginários. Se o Estado for de esquerda, quem tem a culpa são as direitas; e se for de direita, os culpados são as esquerdas. No entanto os verdadeiros cabecilhas dessas sublevações são a fome, a ignorância, a doença, o medo. E enquanto esses existirem, o povo erguer-se-á mil e uma vezes, como a água evaporada cai sobre a terra durante os violentos calores do estio.

O SENTIDO DO TRABALHO

É o trabalho uma maldição, uma tarefa pesada? As máquinas, substituindo o trabalho humano, poderão conduzir a uma maior desgraça? Essas e outras são questões de séria consideração e importância na planificação geral de um Novo Estado.

O trabalho é para nós não somente um meio de vida, mas muito mais: é um meio de educação e de formação do caráter. Porque, para o Homem, o real não é a sua sobrevivência fisiológica, mas a realização integral e a consciencialização de sua transcendência ontológica. Sobreviver é próprio dos animais, mas só o homem adquire uma consciência de eternidade. Assim, no Novo Estado o trabalho será uma outra forma de educação. Pelo trabalho a criança se educa e adquire a segurança ao partilhar a intencionalidade daqueles que são mais velhos. Mas entenda-se como trabalho para a criança tarefas como jardinar ou colecionar amostras naturais nos colégios especiais que propomos; e não mandá-los engraxar sapatos ou mendigar. E até mesmo nas ricas comunidades do nosso século a criança cresce no meio de complexos e de agressividades; e por não poderem canalizar positivamente suas energias, exprimem-se destruindo ou atacando, com os resultados de regressão psicológica que hoje podemos observar no gosto dos adolescentes por músicas e pinturas de selvagens das florestas e na perversão sexual. Os homens de amanhã libertar-se-ão de tudo isso se, enquanto crianças, formarem um caráter firme e costumes saudáveis através de um trabalho educacional.

O adolescente e o jovem terão seus trabalhos no Novo Estado. Já vimos como é que, para serem cidadãos, os jovens de ambos os sexos devem contribuir com 7 anos de trabalho para o bem da comunidade, quer dizer, de todos.

Dos 26 aos 60 anos, já canalizados segundo as necessidades gerais e convenientemente protegidos, o trabalho individual dará a cada um o que lhe é necessário e, principalmente, integrá-lo-á definitivamente no Estado de maneira consciente e voluntária.

Mais velho, o cidadão trabalhará em atividades manuais, como a decoração ou afinação de instrumentos musicais etc. Esses trabalhos lhe per-

mitirão sentir-se um ser humano útil e não um resíduo ou uma carga que não pode fazer outra coisa senão alongar as filas defronte dos balcões de pagamento dos aposentados. Nem a criança nem a pessoa idosa serão mais mendigos.

Por outro lado, as máquinas estão cada vez mais substituindo homens e mulheres que, na plenitude da vida, se vêm forçados a efetuar pequenos trabalhos sem valor ou a converterem-se em intermediários e a aumentar assim a fome de todos. Os governantes, não sendo mais capazes nem mais corajosos que os governados, não sabem como solucionar isso; e as medidas tomadas são inteiramente dilatatórias para desviar a atenção. Este é um problema grave. Não falta quem diga que a produção automática deva ser restringida. Nós não estamos de acordo: as máquinas foram uma libertação para a humanidade e constituem uma conquista legítima à qual não há razão para renunciar-mos. Não devemos ver a máquina como um monstro incontrolável nem como um vício da humanidade, mas como uma nova modalidade de animais que podem colaborar na marcha da natureza. Quantos esforços físicos foram poupados ao homem com as máquinas? Quantas possibilidades se lhes abriram? Se hoje não sabemos utilizá-las inteligentemente a culpa cabe às desordens políticas e organizativas e a nenhuma outra causa. Existem possibilidades de sobra na investigação científica, na arte e na filosofia para toda a humanidade, em qualquer época. Distribuindo de forma inteligente os bens e educando as pessoas de uma maneira moral com uma intenção séria e clara, o problema se desvanece. Na Nova Civilização as máquinas farão todo o trabalho pesado; e não serão necessários jogos nem corrupções para distrair o homem, já que a consolidação dos altos ideais de superação, de formação coletiva e de formação do caráter individual preencherão todas as suas horas.

Há mais de dois milênios, Platão dividia o dia em 4 partes: 6 horas para dormir, 6 horas

para trabalhar, 6 para alimentar-se e tratar das questões pessoais e 6 horas para os "divinos ócios". E por divinos ócios ele entendia o exercício das artes criativas e, principalmente, a contemplação interior e a filosofia. "Uma cabeça vazia é a mãe de vícios" diziam os antigos; e nós somos obrigados a lhes dar razão. O mundo atual tem uma carência absoluta de verdadeiros Ideais: não sabe para quê nem porque vive; e é por isso que, desorientado, cambaleia perigosamente. Dêmos-lhe uma Idéia grande, uma estrutura moral sólida, um caráter simples e otimista e veremos desfilar diante de nós exércitos de imensas fraternidades de homens bons, fortes, inteligentes e alegres.

Pelo trabalho inconsciente o homem subjugou o mundo natural; pelo despertar da consciência, do porquê do trabalho, o homem conquistar-se-á a si mesmo.

No Novo Estado, o caminho abrir-se-á através de uma política laboral em que todo esforço será positivo, em que ninguém trabalhará para incrementar o patrimônio sumptuário de outros e onde ninguém terá razão ou oportunidade para fazer greves nem trabalhar sem motivação.

Há que abandonar corajosamente os preconceitos e temores do passado e atrever-se a viver esta nova e gloriosa etapa. ■

A História, segundo escrevem os homens, é eminentemente triunfalista: considera-se sempre melhor aquele que vence as batalhas. Embora nem sempre o triunfo material seja indicativo de um maior valor real, a axiologia popular baseia-se em triunfos e derrotas objetivos. A afirmação do selvagem primitivo permanece no subconsciente humano: o mais forte é considerado como protegido pelas divindades, e os raios que fendem as pedras ou as torrentes que as arrastam são reconhecidos como deuses supremos. Assim, a mesma força irracional na qual se apoiavam as monarquias hereditárias serve hoje ao mito da democracia. A cor das marionetes muda, mas os fios que as animam são os mesmos: o egoísmo, a personalismo, a avareza, a superstição e o medo.

Essas falsas visões e situações artificialmente forçadas obscureceram a compreensão natural daquilo que é "Capital" e "Trabalho". pretende-se opô-las como naturezas distintas quando eles não são mais do que dois aspectos de uma mesma coisa. Procura-se transformá-los em estandartes de posições políticas inimigas sem se perceber que Capital e Trabalho não são razões suficientes para alguma norma civilizatória, configurando apenas uma parte do complexo político integral.

Capital e Trabalho são como Matéria e Energia: diferentes formas de uma única e mesma natureza. Com o trabalho produz-se e essa produção, quando ultrapassa as necessidades de consumo, é Capital, reserva que facilita o Trabalho. Tal é o caso de maquinarias adquiridas com capital, fruto de trabalho passado e que são, por sua vez, fontes e racionalizações de trabalho futuro. Desta maneira, elas são instrumentos para o homem, mas não possuem nem sentido nem polaridade moral, quer dizer, elas não são nem boas nem más, nem justas nem injustas pois quem traz a face moral é o homem que as maneja. Assim, cremos que o verdadeiro

problema reside antes no sentido humano da propriedade.

Anteriormente dissemos que para o Novo Mundo o Indivíduo Político não é natural mas sim um logro, um estado de consciência. Em política a primeira noção de indivíduo nasce de uma percepção de algo que rodeia e transcende o próprio limite, quando se reconhece o panorama social como algo alheio, mas que por sua vez o contém e do qual participa. Assim, o conhecimento de si mesmo está condicionado a uma libertação do Eu da penumbra biológica coletiva, não para se separar dos outros mas para se integrar num todo harmônico e inteligente, quer dizer, para aspirar a uma integração consciente na sociedade. Com o Indivíduo Político nasce então uma consciência de relação. Mas, infelizmente esta consciência de relação aparece por vezes juntamente com a noção de dependência, pelo que o mecanismo social aparece face à análise psicológica do Indivíduo Político como um aparelho de frustração, um sistema de retenção, uma dolorosa prisão. Face a esta descoberta, nasce no indivíduo uma reação instintiva contra a sociedade; se ele obedece e se submete não o faz por convicção interior mas pela força, esperando a oportunidade de se exprimir contra o mecanismo registrado como opressor.

Dissemos que uma das disciplinas fundamentais para formar um caráter de convivência é o trabalho. Mas para que o Trabalho e sua sequência, o Capital, possam colaborar ativamente neste nascimento interior, ou formação harmônica do Eu, deve nascer uma necessidade de sublimação das atitudes dinâmicas que provoquem a depuração de todos os elementos bestiais que atiram para trás o Indivíduo humano, como uma cauda de cometa, sempre contrária à direção da luz.

Contrariamente à crença popular, a escravatura é desconhecida nas sociedades ditas primitivas, as de simples necessidades e recursos. É

preciso não confundir a escravatura com os estados de cativo ou de retenção forçada que existem nas comunidades selvagens. A escravatura é algo mais do que uma retenção física: é uma atitude mental. Já os Estoicos assinalavam que só é realmente escravo aquele que se sente na dita condição e a aceita sem pena.

Nas sociedades incivilizadas, o cooperativismo é uma norma habitual. As comunidades de caçadores são um vivo exemplo disso; e é só nas culturas superiores agrícolas que aparece o elemento da escravatura, derivado de um sentimento de propriedade inamovível e de patrimônio duradouro.

Muitas vezes o homem moderno imagina o escravo dos tempos clássicos como um rebelde e oprimido que se alimenta de desgostos e chicotadas e que espera a menor ocasião para arriscar a vida em prol da sua liberdade. Mas ele se engana pois julga fatos de há 2.000 anos com a sua mentalidade atual. O escravo, salvo as exceções lógicas, era escravo por gosto. Explicamos: dissemos "por gosto" em referência a uma luta para se tornar livre da escravatura e a um abandono a suas próprias forças numa sociedade que ele via como hostil. Qualquer escravo romano teria aceitado a situação de liberdade com todas as suas prerrogativas, inclusive a de ter escravos, mas nunca teria trocado uma casa, um bom patrão, uma família bem alimentada por uma liberdade física orlada pela fome, as necessidades, a solidão e a luta cruel pela vida. No estado de escravo o homem não tinha escolhas importantes a fazer, nem grandes responsabilidades. Nascia sob um "status", era educado segundo as suas capacidades, transportava pacotes ou tornava-se pedagogo, casava-se com uma mulher que não lhe apresentava surpresas nem problemas, estava seguro de ter um teto e uma succulenta comida para ele e para os seus. Se fosse atacado, o seu patrão encarregava-se de defendê-lo; se ficasse doente era tratado. Obedecia não por temor, mas por conveniência e era explo-

rado porque, subconscientemente, ele também explorava o seu patrão. Essa forte dependência material proporcionava-lhe uma certa estabilidade emocional e uma paz que lhe interessava acima de tudo. Recebia com alegria uma chicotada do seu patrão mal-humorado porque não tinha problemas econômicos durante a vida nem transplantações sociais. Ao não esperar nenhum progresso, não se sacrificava nem sofria por isso.

Mas este tipo de escravatura tem o inconveniente de matar o homem interior e, por consequência, o Indivíduo Político, que nasce mal ou não nasce. Os benefícios do trabalho e do esforço são maiores se a repetição dos estímulos não é puramente mecânica mas variada e de amplo espectro. Por exemplo, o fato de remar para atravessar um rio pode ser uma experiência interessante que desenvolve qualidades físicas e morais; estas qualidades colaboram ativamente na formação psicossomática do indivíduo; mas se para transportar os visitantes o escravo deve remar continuamente para que outros não remem, todos se prejudicam de uma certa maneira: uns por carecerem dessa experiência e outros por repeti-la até ao automatismo que não é humano mas instintivo e animal. O automatismo não é senão um conjunto de reflexos condicionados como os da ave ao construir o ninho ou a aranha a sua teia: é uma função de espécie, que ignora completamente o Indivíduo. Mas o escravo aceita-a em troca de um conjunto de comodidades e de sossego moral; é um adormecimento suave mas macerado. Em geral, os escravos não estavam mentalmente "despertados" nem politicamente instruídos como para trabalhar conscientes do serviço que poderiam fazer à humanidade; faziam-no por egoísmo, por espírito de exploração.

Com a queda do Império Romano e a desorganização da civilização, os escravos tiveram que cuidar deles próprios pois deixou de haver lugar para as comodidades. Assim, a dimi-

nuição da escravatura durante a Idade Média, substituída pelos servos, não é produto de novos conceitos morais, mas da dissolução dos grandes centros urbanos e da aparição de novas técnicas e instrumentos de trabalho. Nos feudos medievais ou, mais tarde, nas colônias católicas da América em que se havia mantido uma certa prosperidade, a escravatura continuou como outrora.

Do individualismo medieval e dos contatos com as formas culturais do Médio Oriente surgiu o Renascimento e as grandes revoluções políticas da pequena burguesia. Mas como a escravatura é um estado interior e não uma corrente que se traz ao pescoço, uma vez mais, mal o nível de vida se elevou, apareceram milhares e milhares de apaixonados da comodidade individual, os adormecidos socialmente, e assim nasceu a especialização. Com as especializações irracionais a escravatura voltou. Uma vez mais há homens que, em troca de uma certa tranquilidade econômica, se empregam a trabalhar para outros repetindo milhares de milhões de vezes o mesmo ato laboral durante toda a vida, sem conhecerem a diferença entre o estudo, a religião, a liberdade, o amor nem o pensamento. Simultaneamente explorados e exploradores, os homens preencheram suas vidas de falsas necessidades e de posturas estereis e superficiais; em troca disso apareceram massas enormes de escravos modernos sem consciência política nem filosófica: os exércitos de empregados e de operários especializados. Preenchem formulários que desconhecem e fabricam peças para aparelhos que nem sequer podem imaginar. Não participam humanamente no trabalho, mas de uma maneira animal. E durante o tempo que têm livre é lógico que seu condicionamento os leve a agir como animais, submetidos à preguiça, ao vício e às drogas.

Mas se o Estado chega a fazer de cada um dos seus componentes um Indivíduo Político, responsável por um trabalho e plano de idéias,

e de espírito cooperativista, se consegue que o trabalho seja feito por amor a uma causa grande e não por debilidade pessoal, ele terá eliminado o mal. Por isso, repetimos mais uma vez, é indispensável elaborar planos educacionais que concretizem um Ideal Filosófico e Político em todas as mentes, ao nível de cada um; e que este Ideal, representado pelo conjunto das leis, seja aplicado com sabedoria e com uma ternura firme nas massas, até as despertar totalmente. Cada indivíduo político, no Novo Estado, deve sentir-se e auto reconhecer-se como um componente vivo de uma outra entidade maior que é o Estado; e a este como parte da Humanidade e da Natureza inteira. A liberdade interior, pela sua própria condição, está sujeita à obediência às leis, que são a garantia dessa mesma liberdade. A liberdade é a libertação da parte animal que pende vergonhosamente de nós, enchendo-nos de dor; e essa libertação só pode ser conseguida com o despertar do Eu-Indivíduo em harmonia com o Eu-Estado. Os antigos diziam que uma corrente é tão forte quanto o mais débil de seus elos. Assim também um Estado é tão forte quanto o mais débil dos seus cidadãos.

O sentido de propriedade pessoal, quando é imoderado, torna-se sumptuário e escravista: o homem que só quer possuir bens, mais cedo ou mais tarde desejará possuir outros homens e, em seguida, nações inteiras. É assim que nascem os tiranos. Não há mal que um homem possua uma casa e um automóvel, mas há mal logo que deseje possuir vários e que tome por isso tanto prazer a tal ponto que em seguida comecem a existir infelizes.

No Novo Estado, a propriedade será integral e coletiva. Os bens pessoais só serão para fins de utilidade imediata e, mais do que a ação física, velar-se-á para que não exista a tendência de possuir, mediante uma formação do caráter nos firmes princípios da Filosofia. O Estado cuidará para que haja uma justa distribuição dos bens, de acordo às necessidades particulares

e não segundo o rendimento objetivo. Aquele que produz mais e melhor, o fará porque compreende essa necessidade. Nem sempre o prêmio do esforço deve ser pão e carne. No caso de homens superiores, esses preferem a honra, a responsabilidade digna, a paz interior e as forças emanantes de seu espírito imortal: vontade realizadora, sabedoria, inteligência, imaginação criadora etc. Assim, no Novo Estado os melhores não serão aqueles que ganham mais materialmente pois justamente por serem melhores desdenharão os brinquedos do homem vulgar e preferirão os bens interiores.

Trabalhar por dever moral, por amor e pelo crescimento de sua própria natureza interior, generosa e grande: tal será o papel daqueles que compuserem o Novo Estado.

Enquanto hoje, nas democracias de todas as cores, os homens batem-se por seus alimentos como cães por um osso ou os chacais por um insípido farrapo de carne. No Estado que propomos a repartição será harmônica e sem lutas, tal como na época da clássica mesa familiar em que os irmãos recebiam o pão das mãos do pai. ■

Contrariamente ao critério corrente de que a economia é uma das facetas mais importantes da tarefa humana, dizemos que a "atitude econômica" não é um produto do homem mas uma função de toda a Natureza e, como todas as outras, ela também chega a ressoar na esfera estritamente humana. Toda a ordem cósmica, até onde alcança o nosso conhecimento, é principalmente econômica. Apesar de suas múltiplas formas, nunca uma coisa é idêntica a outra; e cada uma atua impulsionada por uma necessidade evidente. Além disso, todas as formas são imprescindíveis pois a partir do momento que o deixam de ser são automaticamente eliminadas. Nada se desperdiça, tudo se aproveita, numa eterna inspiração universal.

Dado que o critério de proporção nasce do número e que os números constituem uma esfera causal - ou, segundo os pitagóricos e Platão, uma esfera arquetípica -, a perfeição econômica da Natureza emana dela própria e está em harmonia com o ser da mesma.

Desse modo, a economia no Novo Estado deve estar orientada não no sentido da massificação dos valores de produção, mas para a harmonização das individualidades naturais conforme o que é próprio a cada uma delas. Mas tudo isso só tem sentido se os valores obtidos se tornarem conformes a uma finalidade racional do Eu-Estado. A concorrência de produção pode ser obtida unicamente se constituir um estimulante que não desvie mas que faça progredir a riqueza geral.

Nas democracias cantam-se loas à livre concorrência e sacrifica-se o povo a uma crença, uma fé, um mito sem fundamento nem utilidade. Segundo os teóricos das democracias, o fato de existirem, por exemplo, dez padarias no mesmo bairro é útil pois cada uma esforçar-se-ia por fazer melhor pão e mais barato. Mas na prática a qualidade e o preço são determinados pelos "conciábulos patrões-sindicatos"

em perpétua luta. Assim essa faustuosa ostentação oculta-se nas nuvens do liberalismo econômico.

Intermediários, comerciantes e minorias enriquecem-se às custas do produtor, quer dizer, da inteligência e do trabalho de outros. Milhares de parasitas dizem que é bonito sentar-se atrás de um escritório e comprar a 5 por telefone o que mais tarde será vendido por 10 em outra ligação. Mas se todo esse capital e trabalho fosse posto a serviço da comunidade, todos seriam mais ricos e, sobretudo, mais humanos.

A economia é um meio de criação e de preservação das estruturas, mas nunca uma finalidade em si. Os povos maiores e mais gloriosos, aqueles que contribuíram para o desenvolvimento evolutivo da humanidade, nunca foram os que procuraram uma satisfação material; essa foi, antes, a causa da sua decadência e morte. A finalidade do homem não é gozar das comodidades corporais excessivas e ridículas, mas dosá-las corretamente para que sejam úteis ao seu Ego. Se um homem necessita atravessar um rio de 2 metros de largura, uma pequena tábuia não lhe servirá de nada, mas servirá ainda menos uma superestrutura que o deleite. Assim, a falta e o excesso de meios são prejudiciais e, portanto, anti-econômicos.

Os povos pobres estão inibidos intelectualmente pois despendem todas as suas energias na sobrevivência biológica; inversamente os povos ricos amolecem o caráter e corrompem a moral. No Novo Estado, ao dar aos cidadãos um melhor acesso à cultura e ao exercício da responsabilidade, as suas possibilidades econômicas aumentarão consideravelmente, numa certa margem de segurança psicológica.

Os economistas dos finais do século XIX e princípios do XX, que pensavam que os povos eram felizes unicamente por causas econômicas, se enganaram. A experiência provou que elevaram

os seus níveis econômicos e que conseguiram produzir mais do que consumiam, mas não se tornaram nem melhores nem mais felizes do que antes. Além disso, guerras e perturbações internas os torturam e causam-lhes enormes sangrias.

A prosperidade econômica é um dos fatores de felicidade, mas se não estiver em relação com os outros fatores, será tão inútil quanto uma cadeira com um único pé lateral. Se o homem não está física, psíquica e moralmente capacitado, a riqueza não lhe serve de nada e converte-se numa armadilha mortal. Por outro lado, os bens mal distribuídos, a necessidade de agradar as massas ignorantes para colher seus votos, a enorme quantidade de empregados públicos, intermediários e especuladores sem sentido patriótico nem humanitário, aumentam incalculavelmente o custo de vida; e para que uma minoria se corrompa folgadoamente, tantos outros dilapidam as suas vidas para conseguirem apenas os alimentos, roupas e remédios de base.

No Novo Estado todos devem produzir; e o comerciante que compra uma mercadoria a 5 para vendê-la mais tarde a 10 ou a 100 não existirá pois ninguém terá necessidade de roubar para viver bem. Um aproveitamento equi-

librado dos recursos naturais, a alta mecanização, a industrialização, assim como a situação vocacional de todos os cidadãos, unidos a um estrito controle do Estado e a uma educação filosófica integral, serão os pilares da economia. Um estudo contínuo e erudito, à escala nacional e mundial, permitirá liquidar rapidamente os excedentes de uma maneira ou de outra, mas eles nunca serão destruídos. A eliminação intencional de tantos milhares de toneladas de alimentos num mundo como o atual, onde a maior parte da humanidade sofre de fome, é um crime hediondo contra a Natureza que não pode, nem sequer em parte, ser justificado por nenhuma prioridade econômica.

É evidente que a Ideologia do Novo Estado e as suas ressonâncias podem chegar a gerar conflitos com os estados escravistas de direita ou de esquerda. Mas não devemos esquecer que debaixo das correntes da propaganda existem povos que são humanos como nós e que a nossa abundância deve chegar até eles, mesmo que gratuitamente. Reafirmamos uma vez mais, e desta vez à escala internacional, que a riqueza não pertence àquele que a produziu, mas àquele que dela tiver necessidade. Com organização e boa vontade é possível difundir enormes tesouros benéficos, não só morais, como também políticos e econômicos. ■

Chama-se Arte à execução sensível das intuições estéticas. Platão assinala que o Belo é um dos primeiros princípios da Natureza e que é mais perceptível através dos objetos que nele participam. Assim o Belo é uma forma sensível da harmonia que transcende os objetos e ao qual o mundo material serve unicamente de suporte. A Beleza é, então, a mais imaterial e dinâmica das formas.

Um objeto que carece de beleza é um objeto materializado a um grau extremo, lentificado e desprovido de harmonia vital e espiritual. A esfera do Belo, do Bom e do Ser são, para Platão, uma mesma e tripla emanção do UNO. Assim, quanto mais perfeita for a alma mais ela ressoa na presença da Perfeição Universal. As almas adormecidas carecem dessa receptividade e vivem ignorando as formas perfeitas.

Mas se a arte é essa execução sensível, é necessário uma, mesmo que momentânea, sincronização entre os princípios superiores do homem e seus veículos materiais, incluindo todos os intermediários. Uma excitação emocional, intelectual ou moral pode provocar o fenómeno, mas este será consumido rapidamente. O acesso permanente ao mundo estético é privilégio das almas estéticas.

Se entro numa casa e a acho bela, poderia sem dúvida explicar porque; mas o meu julgamento é fruto de uma capacidade apriorística intuitiva: é uma luz saída do mais profundo do meu Ser que ilumina as trevas do meu ego pessoal hesitante. É por essa razão que a hoje chamada "Filosofia da Arte" tornou-se como a História para as batalhas: tem que limitar-se a comentar o já sucedido e do qual se vêm mais os efeitos que as causas. É que a intuição estética pura é muito difícil: elementos de todas as índoles, desde mentais até biológicos, conjugam-se para modificar a descida do Arquétipo.

Temos um vivo exemplo na chamada "Arte Moderna". A desintegração traumática do artista atual exprime-se através das suas obras, nas quais têm lugar os impulsos instintivos, o involuntário ou o rebuscadamente simbólico. E ao se tratar de símbolo, é bom recordar que "símbolo é o resultado de uma abstração ou de uma

transferência de valores que lhe são harmônicos e próprios". Não duvidamos que nos complexos labirintos do plano emocional, psíquico ou mental inferior sejam tecidos tantos símbolos como instantes vividos em cada homem. Mas não chamaremos a eles símbolos artísticos pois não nasceram de intuições estéticas, mas da passagem mecânica das desordenadas peças de uma mente ainda infantil apaixonada, e inclinada para a própria desintegração.

A intuição estética e a criação artística estão à altura do campo de experiência do Eu Superior. Assim o artista pode ser educado e melhorado desde que harmonize sua natureza e espiritualize seu caráter. Sabemos que existem muitos homens e mulheres que são chamados "artistas", mas que se seguissem uma regra e se moralizassem tornar-se-iam estereis; e sendo as suas criações inválidas, melhor seria que não nascessem; e que os esforços dos seus físicos sadios tivessem servido positivamente à humanidade através de um trabalho honrado. A teoria de que um homem bêbado, ou empocilgado num sótão, convivendo com expoentes da imoralidade e do vício, está por isso melhor inspirado, é falsa. Ele poderá estar "mais" inspirado por esses temas grosseiros ou loucos, mas nunca "melhor" inspirado. Um artista pode ser grande apesar de seus defeitos humanos, mas não graças a eles.

No Novo Estado a Arte terá uma grande importância pois o caminho estético é também um elemento de Filosofia, de busca da Verdade. Se não se propõe essa busca, essa captação de imponderáveis que informam a matéria, ela deixa de ser Arte para se converter num artesanato de improviso ou de repetição. E se pensarmos na finalidade social da Arte como purificadora e enaltecedora das grandes massas humanas, veremos que, no Novo Estado, a criação e a captação artísticas – seja auditiva, visual ou mista – colaborará na formação do verdadeiro Ideal Filosófico, Político e Humano.

O artista, como tal, é uma bênção para o Estado e deve ser ajudado e protegido para que as exigências materiais ou as pressões psicológicas não limitem a sua divina dação aos seus concidadãos menos afortunados pelas Musas. ■

*R*esta-nos muito pouco a dizer. Uma velha parábola oriental ensina-nos que mais vale repartir o nosso alimento com alguém esfomeado do que comer requintadamente na sua presença com muitas boas maneiras mas sem lhe dar nada.

Nas páginas dos clássicos descobrimos um alimento, um equilíbrio interno que nos tornaram melhores, mais sábios e mais felizes. Através de uma Escola de Filosofia experimentamo-lo em jovens das principais capitais do mundo: todos se tornaram melhores.

Hoje ampliamos o círculo com este livro. O mundo necessita, mais do que nunca, de soluções drásticas e legítimas. Nós lhe propomos uma, nascida não da paixão nem do ressentimento, nem tampouco das frias estatísticas, mas do Gênio Grego e do seu melhor raio: Platão.

De nenhuma maneira se pretendeu comentar a idéia platônica do Estado com uma preocupação crítica, mas, exprimindo-a com um vocabulário usual para o leitor, trazemo-la sim-

plesmente de volta ao mundo para colaborar com um dos inúmeros regressos cíclicos da História e da Natureza.

Este é um Ideal Aristocrático, contrário à grosseria, à violência e à ignorância. Mas favorável à harmonia, à dignidade, à ciência, à arte, à sabedoria e à justiça para todos.

Estes princípios ergueram todas as civilizações que existiram na Terra; e sua negação as destruiu. Estes são os armilares sobre os quais gira o Tempo. Foram descobertos pelos antigos Iniciados na Ciência da Vida, também para o bem de todos, em todas as épocas. Por isso o apresentamos de uma maneira breve mas clara pois não queremos que a folhagem oculte a visão do tronco milenário.

Quando soar a hora, estes breves traços animar-se-ão de novo, o desenho desprender-se-á do papel, tomará corpo e força. Então a Humanidade terá outra oportunidade de formar um Estado Supremo, onde impere a Fraternidade, onde reinem a Concórdia, a Ordem e a Responsabilidade de todos para com todos.

**"ESTE É UM IDEAL NOVO, BOM E FORTE.
É PARA HOMENS NOVOS, BONS E FORTES."**

Jorge Angel Livraga